

Diário do Legislativo de 26/05/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - DECISÃO DA MESA

2 - ATAS

2.1 - 29ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2.2 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

decisão da mesa

DECISÃO DA MESA

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, considerando o disposto no art. 12 da Lei nº 14.167, de 10/1/2002, no art. 13 do Decreto nº 44.786, de 18/4/2008, e no art. 18 da Deliberação da Mesa nº 2.358, de 24/5/2005, julga improcedente o recurso interposto pela empresa Comercial Angaw Ltda. contra a decisão do Presidente e do 1º-Secretário que aplicou a sanção de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com o Estado pelo prazo de três meses, e o descredenciamento, por igual período, do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais, devido ao fato de a recorrente deixar de apresentar amostra, exigida no edital, para o item previsto no lote 3 do Pregão Eletrônico nº 29/2007, conforme ficou comprovado no Processo Administrativo nº 35.797/2007.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia Legislativa, 25 de maio de 2009.

ATAS

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 20/5/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.343/2008; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.354/2008; discurso do Deputado Weliton Prado; questão de ordem; chamada para a recomposição de número regimental; inexistência de quórum para

votação - Registro de presença - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008; discurso do Deputado Vanderlei Miranda; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Maria Lúcia Mendonça - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Sargento Rodrigues, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

A Presidência anuncia, com muita alegria, o aniversário, hoje, do nosso colega Deputado Eros Biondini, a quem, em nome da Mesa e de todos os colegas, desejamos muitas felicidades em sua vida pessoal, particular e profissional.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 2.324/2008, apreciado na extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.343/2008, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.354/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que institui o Banco do Livro nas bibliotecas públicas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. Com a palavra para encaminhar a votação, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Sr. Presidente, solicito a cópia do projeto.

O projeto, no seu art. 1º, cria o Banco do Livro nas bibliotecas públicas do Estado de Minas Gerais. Isso é uma grande necessidade, porque o nosso Estado possui 853 Municípios, mas grande parte deles não possui bibliotecas públicas. Os que possuem, estão com o acervo da biblioteca é ultrapassado. Faz-se, então, necessário um investimento nesse sentido. O Banco do Livro é uma iniciativa que devemos parabenizar. (- Lê:)

"O Banco do Livro terá por finalidade ampliar o acervo das bibliotecas públicas do Estado, auxiliar no crescimento de bibliotecas comunitárias e difundir o hábito de doação de livros literários, revistas, jornais e filmes didáticos. Os doadores receberão o certificado de "Amigo do Livro" e acesso ao acervo. Ficam os administradores de editoras de livros literários situadas no Estado de Minas Gerais obrigados a remeter à biblioteca pública do Estado três exemplares completos e em perfeito estado de conservação de cada obra que editarem. O prazo máximo para a aplicação desta medida será de cinco dias contados da data do lançamento da primeira publicação da obra.

A obrigatoriedade de que trata este artigo compreende também a comunicação oficial de todo o lançamento e publicação pelo autor e pelo editor à biblioteca pública do Estado.

A biblioteca pública do Estado fornecerá recibos de depósito de todas as publicações arrecadadas, reservando-se o direito de determinar a substituição de todo e qualquer exemplar que apresente falha de integridade física. A biblioteca pública do Estado distribuirá as doações para as bibliotecas públicas do Município, bibliotecas públicas comunitárias e bibliotecas públicas regionais. A doação para a biblioteca pública comunitária somente será realizada se a associação for legalmente reconhecida com o título de utilidade pública estadual. Em caso de extinção da biblioteca pública comunitária, as doações deverão retornar ao Banco do Livro.

No caso de inobservância, principalmente dos arts. 4º e 5º, as editoras e as bibliotecas públicas comunitárias serão multadas em cem vezes o valor unitário da obra. Esta lei entra em vigor (...)."

Hoje existe um movimento nacional de promoção da leitura. Há um projeto tramitando nesta Casa, que cria a Semana da Leitura e garante o incentivo para se promover e comentar a literatura no nosso Estado, que está incorporando uma série de instituições, como escolas, sindicatos, bibliotecas, centros e associações. Muitos voluntários desenvolvem um significativo trabalho junto à coletividade. O objetivo do projeto é organizar a realização de atividades que estimulem o gosto pela leitura. Dessa forma, será possível aumentar o número de leitores, ajudá-los a descobrir o prazer de ler e a tornarem-se promotores da leitura, multiplicando o número de pessoas envolvidas nessa missão fundamental de proporcionar ao indivíduo um conhecimento maior.

Paulo Freire dizia que, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. É muito importante investirmos em educação. Deputado Vanderlei Miranda, os salários dos servidores da educação em nosso Estado é um absurdo. Minas Gerais é um dos Estados que tem as maiores arrecadações. Minas Gerais é uma das maiores economias do País, mas é um dos Estados que pior paga os seus servidores. Um exemplo claro são os servidores da área da educação, que recebem uma miséria. Os servidores de outras áreas não têm condição de comprar um livro. Os servidores administrativos da Polícia Civil recebem um salário base de R\$329,00. É isso mesmo: R\$329,00 é o salário base de um servidor administrativo, menos de um salário mínimo. A situação da educação no Estado de Minas Gerais é péssima.

O ensino médio precisa ter uma reestruturação e um investimento. No seminário sobre o Plano Decenal de Educação, discutimos as diretrizes para os próximos 10 anos na área da educação. Temos que colocar a mão na consciência. O governo do Estado tem que priorizar a educação. Na campanha eleitoral, foram prometidos mundos e fundos, mas até hoje isso não passou de promessas. Onde está o primeiro emprego? E os cursos técnicos profissionalizantes para a juventude? Infelizmente, isso não passou de meras promessas feitas na campanha eleitoral, não é uma realidade para o nosso Estado. O curso técnico profissionalizante é uma forma de o jovem se preparar para entrar no mercado de trabalho. Em anos anteriores, foram fechadas várias escolas. O curso Polivalente, em Uberlândia, oferecia cursos técnicos, mas foi fechado. A escola Américo Renê Giannetti, que tinha cursos técnicos profissionalizantes gratuitos, não tem mais. Prometeu retornar com os cursos, mas isso não aconteceu.

O foco e o objetivo do projeto são realmente criar banco de livros em todas as escolas do nosso Estado, com a finalidade de ampliar o acervo das bibliotecas públicas, auxiliar no crescimento das bibliotecas comunitárias e difundir o hábito de doação de livros literários, revistas, jornais e filmes didáticos. Encaminhamos o projeto de forma favorável, porque ele é importante.

Mas, infelizmente, vemos que não há quórum no Plenário para a votação da matéria. A aprovação do projeto do Banco do Livro é importante, porque ampliará o acervo das bibliotecas públicas do Estado, auxiliará no crescimento de bibliotecas comunitárias e difundirá o ato de doação de livros literários, revistas e jornais. O governo federal tem incentivado essas ações. Há vários programas nesse sentido. Temos as tendas literárias e os recursos do Ministério da Educação. É importante que as Prefeituras se cadastrem para a solicitação - caso não tenham biblioteca em seu Município - ao governo federal. Passou da hora de o governo do Estado também dar a sua contribuição.

Esperamos aprovar o projeto, o mais rápido possível, e que o Governador não o vete. Há muitos projetos bons - e o Deputado Carlin Moura é testemunha disso, inclusive os apresentados pelo Deputado - que beneficiam o povo, que são aprovados aqui, mas, quando chegam ao Governador, ele pega a tesoura e veta o projeto. Temos de brigar e pressionar para tentar derrubar o veto do Governador. Esperamos que esse projeto seja aprovado, que o Governador não o vete. Projeto bom que beneficia o povo deve ser aprovado e sancionado.

Questão de Ordem

O Deputado Weliton Prado - O projeto é realmente importante. Encaminharemos favoravelmente a sua aprovação. Não há quórum para a votação do projeto. Sr. Presidente, eu solicito a recomposição do quórum, mas, se V. Exa. entender, que encerre a reunião, de plano, conforme o Regimento Interno, porque visivelmente não há quórum. No caso, infelizmente, não há possibilidade de aprovarmos um projeto importante como esse. Agradeço e solicito a verificação de quórum de acordo com o Regimento Interno.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Dinis Pinheiro) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 33 Deputados. Portanto, não há quórum para votação, mas o há para a discussão da matéria constante na pauta.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, nas galerias, de alunos da 7ª série do ensino fundamental do Colégio Tiradentes, de Contagem. Parabenizamos os alunos e desejamos-lhes uma boa estada na Assembleia Legislativa.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre-Rios o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exa. a gentileza de me conceder esse tempo para a discussão do projeto do nobre Deputado Agostinho Patrús Filho, hoje Secretário de Governo. O projeto autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre-Rios o imóvel que especifica.

Sr. Presidente, quero falar da importância dessa doação. Aprovamos nesta Casa muitos projetos de doação de terrenos, mas esse, em questão, irá abrigar uma quadra esportiva no Distrito de Pereirinhas, no Município de Desterro de Entre-Rios. Sabemos que há uma carência muito grande de espaço para a nossa juventude praticar esporte. O Deputado João Leite, como grande desportista que é, porque quem o foi nunca deixará de sê-lo, sabe da importância de começar a trabalhar a criança na base.

O esporte tem essa capacidade de influenciar positivamente na formação de uma criança; daí, o meu aplauso ao Deputado e hoje Secretário Agostinho Patrús pela indicação e pelo projeto que autoriza a doação do terreno ao Distrito de Pereirinhas.

O Deputado João Leite - Deputado Vanderlei Miranda, um aparte?

Questão de Ordem

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, não sei se na discussão posso conceder aparte.

O Sr. Presidente - Na discussão, V. Exa. pode conceder aparte. O aparte somente não será admitido nas situações previstas no § 2º do art. 162 do Regimento Interno.

O Deputado Vanderlei Miranda - Perdoe-me a ignorância. Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Vanderlei Miranda, acompanho, com atenção, sua manifestação em apoio à autorização de doação do imóvel para uma finalidade importante. Acompanhamos a organização de nossas cidades e vemos que se esquece de espaços para a nossa juventude. Aliás, temos aqui jovens que alegam a Assembleia Legislativa com sua presença. Muitos estudantes acompanham nesta manhã esta reunião extraordinária. Os governantes se esquecem do espaço para o esporte, para a convivência. São os espaços mais prazerosos da cidade, pois neles se dá o encontro dos jovens que vivem nas cidades. Não tenho dúvidas de que o esporte é uma maneira de fazer com que as pessoas que vivem nas cidades se encontrem.

A possibilidade de termos mais um espaço esportivo em uma cidade ou em um distrito, especialmente nas escolas, é muito importante. Em nossas escolas, o esporte é aquilo que traz grande prazer para os estudantes e deve merecer nosso apoio. Sabemos da importância da educação. O esporte é uma educação não formal, pois tem regras como voleibol, basquetebol, futsal, natação, atletismo, judô, enfim, todas as modalidades esportivas trazem, na prática, a educação não formal por causa das disciplinas e das regras. A escola, especialmente, não pode esquecer-se de oferecer o espaço esportivo para os estudantes. O avanço tecnológico faz com que nossos adolescentes se voltem muito para os computadores. Esses equipamentos são importantes para a pesquisa. São um avanço que merece atenção, mas não podemos nos esquecer dos espaços esportivos, que estão ligados à saúde das pessoas. Até 2020, infelizmente, deveremos ter uma epidemia de obesidade no Brasil justamente pela ausência do esporte. A iniciativa da doação de um imóvel para a construção de um espaço esportivo que atenderá aos jovens merece nosso apoio.

Além disso, defendemos o espaço também para a terceira idade, para as caminhadas que já estão identificadas como tão benéficas pela medicina. Sei que V. Exa. trata de fazer suas caminhadas, cuidando de sua saúde. Também procuro fazer isso para cuidar da minha saúde e me manter próximo de uma forma ideal.

A discussão que V. Exa. nos traz leva os gestores públicos a uma reflexão maior sobre a importância do esporte e da necessidade de seu investimento, preservando-se os espaços para todas as modalidades esportivas. Se não houver espaço, devemos fechar uma rua para a prática do voleibol ou da peteca. Devemos reservar espaço nas ruas e em nossas estradas para as caminhadas, que fazem bem à saúde da população. Assim, haverá menos pessoas doentes e evitaremos o mal da obesidade.

Parabéns, Deputado Vanderlei Miranda. V. Exa., com a doação desse imóvel, traz a oportunidade de uma discussão importante para o nosso Estado e para o nosso país. É importante chamar a atenção dos nossos gestores, que constroem cidades, estradas, ruas, edifícios e se esquecem do lugar de encontro das pessoas, que são as praças, os parques e os espaços esportivos. Obrigado pela oportunidade de participar de uma discussão tão cheia de conteúdo como esta que V. Exa. realiza da tribuna da Assembleia nesta manhã.

O Deputado Vanderlei Miranda - Obrigado. A sua fala é importante, pois V. Exa. acompanha o dia a dia do mundo esportivo, está formando uma família de esportistas e é casado com uma brilhante esportista, a Eliana Leite. Sabemos do envolvimento e do amor que V. Exa. tem pelo esporte e da importância do investimento na base.

Hoje, eu, lidando na Comissão de Direitos Humanos como membro efetivo, e V. Exa., como Presidente e membro que foi daquela comissão, sabemos perfeitamente - o que vou dizer é até redundância - que é muito melhor para nós cedermos espaços para a construção de quadras, de campos de futebol, do que cedermos terreno para a construção de penitenciárias. Todas as vezes que chegar a esta Casa um projeto como este, que transfere ao Município ou ao Distrito uma porção da terra do Estado, que é rico em terras, para essa finalidade, receberá de todos, nesta Casa, apoio e aplausos.

Mais uma vez, destaco a inteligência do Deputado Agostinho Patrús, hoje Secretário, ao propor essa doação. Neste momento, Deputado João Leite, em que tomamos conhecimento de uma notícia veiculada ontem, de que nas escolas estaduais de São Paulo foi distribuída uma cartilha pornográfica para os alunos, percebemos nesta manhã a visita de alunos do Colégio Tiradentes de Contagem, com que tenho estreita ligação. A Secretaria de Educação de São Paulo já disse que, em 15 dias, todo esse material será recolhido. Vi parte do material pela televisão. É impressionante, não há nada de educativo naquela cartilha sobre a questão sexual.

De um lado, vemos nossos jovens à mercê da internet sem nenhum controle. De outro lado, vemos uma falta de fiscalização no material distribuído nas escolas. Junto a tudo isso, vemos o que V. Exa. nos disse sobre a falta de espaço para que os jovens possam, de forma saudável, praticar esportes. Como vivemos sobre o cimento, na selva de pedra, a cada dia os espaços para o lazer vão diminuindo. Não é comum ouvir o que vou dizer, parece um exagero num primeiro momento, mas daqui a pouco será uma realidade essa brincadeira. As crianças jogarão bolinha de gude no ralo do banheiro e empinarão papagaio no ventilador, porque não haverá espaço para o lazer delas. Daí, a importância de um projeto como esse.

Com prazer, concedo aparte ao Deputado Ademir Lucas, representante da importante cidade de Contagem, em nosso Parlamento.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Deputado Vanderlei Miranda, V. Exa. discute projeto de lei da lavra do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Estado de Minas Gerais a doar imóvel ao Distrito de Pereirinhas, no Município de Desterro de Entre-Rios, para destinação esportiva. Bem a propósito, recebemos nesta manhã a visita de alunos do Colégio Tiradentes de Contagem, com que tenho estreita ligação. Ao assumir a Prefeitura desse Município pela última vez, o Colégio Tiradentes funcionava na Vila Frigidiniz, convivendo com a Escola Municipal Lígia Magalhães, e sempre havia conflito entre as duas instituições quanto à área, e os moradores queriam mais vagas para seus filhos. Tive oportunidade de alugar um imóvel onde o Colégio Tiradentes passou a funcionar e, durante todo o nosso mandato, paguei o aluguel do imóvel ao lado do qual funcionava uma quadra poliesportiva. Hoje, a situação prejudica os estudantes do Colégio Tiradentes. O ginásio poliesportivo foi vendido para uma concessionária de automóveis, e esses jovens perderam sua área de lazer, sua área de recreio, tornando muito difícil o funcionamento do Colégio Tiradentes sem uma área adequada para recreação, bem como para o desenvolvimento de suas atividades educacionais.

Tenho trabalhado com o Deputado Sargento Rodrigues para que parte do Parque Fernão Dias, em frente à PUC, seja cedida para a construção definitiva do Colégio Tiradentes de Contagem, com todo o equipamento, laboratórios e áreas de lazer. Nenhuma das soluções anteriores era boa - nem o compartilhamento do espaço com a Escola Lígia Magalhães nem viver de aluguel -, até porque fiquei sabendo que a atual Prefeita já não paga o aluguel, tendo o Colégio Tiradentes perdido o espaço destinado à área de lazer. Assim, essa migração terá um fim e tranquilizará os alunos do Colégio Tiradentes, assim como seus pais. Daí, a importância desse projeto de lei que V. Exa. discute. A área de lazer é uma importante parte da escola, é um complemento, conforme foi afirmado pelo Deputado João Leite, homem da área social, proveniente do esporte, tanto ele quanto sua família. Ele sabe da importância do esporte na vida das pessoas. Hoje, a educação é indissociável do esporte.

Ao fazer parte do brilhante pronunciamento de V. Exa., gostaria de parabenizá-lo pela discussão da matéria e de saudar os alunos do Colégio Tiradentes, de Contagem, desejando-lhes uma boa estada na Assembleia Legislativa e reafirmando aos jovens e à direção da escola o nosso compromisso com a sede própria do Colégio Tiradentes, de Contagem. Vamos às últimas consequências para que tenham uma sede própria,

pondo fim a essa migração, a fim de que tenham um educandário adequado, com todos os equipamentos necessários, educação de qualidade e outras atividades paralelas, como esportes, tão necessário ao desenvolvimento da vida saudável de cada um desses jovens que aqui se encontram. Muito obrigado. Sejam bem-vindos.

O Deputado Vanderlei Miranda - Obrigado, colega Deputado Ademir Lucas. Complementando a minha fala, essa área destina-se não apenas à construção de uma quadra, mas também à de uma escola, que funcionarão integradas no Distrito de Pereirinhas, no Município de Desterro de Entre-Rios. Quero crer, colegas Deputadas e Deputados, que não há outro caminho para o nosso país. Alguém já disse filosoficamente e de forma muito simples: eduquem-se as crianças, e não será preciso punir os adultos. Essa frase vimos escrita em para-choque de caminhão, em alguns estabelecimentos, e, a despeito de sua simplicidade, é embutida de uma verdade e de uma realidade que, se de fato buscarmos aplicá-la, teremos, sim, adultos saudáveis, perfeitamente integrados na sociedade, com grande contribuição de produtividade para o País. É muito triste irmos a uma penitenciária, a uma cadeia e vemos que 80% da massa carcerária estão na faixa dos 20 anos. Ou seja, é uma força de trabalho maravilhosa que, neste momento, está sendo canalizada para o crime. Tudo isso porque, a cada dia, estreitamos mais o espaço de inserção da criança e do jovem, preocupados com o espaço do adulto. A começar, até mesmo, Deputado João Leite, pelas nossas igrejas. E aqui vai uma crítica saudável, se é que existe crítica saudável: incluo todas as igrejas, e não apenas as do segmento evangélico. Cobramos que haja espaço para as crianças, mas nós mesmos cometemos um erro histórico, Deputado Carlin Moura, como pastores, como líderes: muitas vezes, vemos templos suntuosos, com ar-condicionado, bancos estofados para os adultos, mas, se formos ver onde as crianças ficam, notaremos que estão amontoadas em salinhas improvisadas, sem refrigeração, com as professoras improvisadas também - pois é uma mão de obra voluntária -, sem nenhuma especialização, sem saber como lidar com elas. Isso ocorre conosco, que tanto pregamos a valorização do investimento na base, na criança. Aliás, como já predito pelo mais sábio homem que pisou na terra, segundo a história, o rei Salomão, que, em "Provérbios", 22:6, diz: "Ensina à criança o caminho em que deve andar, e, quando for velha, ela não se desviará dele".

A base é a criança, mas parece que ficamos brincando de entender isso e acabamos buscando todo o tipo de recursos para os adultos. Precisamos acordar, como aconteceu com a Coreia na década de 60, que virou referência na educação. No ano passado, esta Casa fez uma visita oficial à Espanha para ver, entre outras coisas, o modelo de educação desse país. Reunimo-nos em uma escola pública e vimos professores satisfeitos com o salário que recebem, ou seja, em torno de R\$1.500,00. Os pais são obrigados a ficar nessas escolas, no mínimo, uma hora por dia com o seu filho. No momento da nossa visita, vimos vários pais acompanharem seus filhos e, no centro da edificação, crianças brincarem em uma quadra. Na década de 60, o Brasil e a Coreia eram praticamente irmãos siameses, tinham o mesmo PIB, a mesma condição financeira e estavam vivendo uma situação parecida. Mas a história se bifurcou, e a Coreia escolheu investir na base. Lá, para exercer a sua profissão nas escolas e não pensar em um segundo emprego, o professor recebe um ótimo salário. Vejam onde está a Coreia hoje e onde estamos. Minha filha, que está se preparando para fazer um doutorado de dois anos no Canadá, lutou muito, conseguiu uma bolsa e vai para lá com o marido. Deputada Maria Lúcia Mendonça, o desejo dela era ir para uma boa faculdade. A primeira faculdade que a chamou está em 302º lugar no mundo, e ela ficou muito feliz. Mas, em seguida, uma outra faculdade, que está em 20º lugar no mundo, também a chamou. Aí, tive a curiosidade de fazer o que até então não tinha feito, ver qual a posição das nossas faculdades no âmbito mundial. Hoje, as nossas estão no 200º, no 300º, no 500º, mas a melhor classificada está perto do 200º lugar. Vemos quanto ainda continuamos patinando na área da educação. E o pior é ver os nossos jovens saírem das faculdades sem ter aprendido. Isso é ainda mais triste. Ontem, minha sobrinha, que faz faculdade de jornalismo, me mandou um "e-mail" gritante. Respondi a ele dizendo: "Vou fazer esta correção porque te amo, a palavra é a sua ferramenta de trabalho, zele pelo seu português". Isso mostra como está a qualidade de nosso ensino; com os salários que recebem, dificilmente os professores terão condições de trabalhar em tempo integral.

A Deputada Maria Lúcia Mendonça (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. Quero cumprimentar os alunos do Colégio Tiradentes, de Contagem, e dizer da nossa alegria em recebê-los aqui. Esta Casa é de vocês. Conheçam tudo e perguntem tudo o que querem saber, porque - quem sabe? -, no futuro, alguns de vocês serão Deputados ou Deputadas desta Assembleia Legislativa.

Parabéns, Deputado Vanderlei Miranda, por suas palavras a respeito do esporte na escola. Hoje, é muito desagradável para os Diretores, secretários e professores das escolas, terem de implorar para que se construam quadras esportivas nas escolas.

As escolas só possuem quadra esportiva, porque alguém de fora da escola lutou por ela. Por isso, agora, com o Plano Decenal que aprovamos na última sexta-feira, um dos grandes momentos desta Casa, se torna obrigatória a construção de uma quadra poliesportiva nas escolas, sem que o Diretor precise andar de pires na mão. O Plano Decenal vai além e estabelece que a escola também é da comunidade, por isso, nos finais de semana, ficará aberta, o que provavelmente dependerá de organização. Existe uma legislação que ampara isso. Até os computadores das escolas serão oferecidos à comunidade nos finais de semana.

Após o Plano Decenal, discutido por esta Casa durante oito meses e cujo ápice foi a sua aprovação, que recebeu 250 propostas, tivemos a felicidade de ver a valorização do esporte e do professor de Educação Física. Deputados Vanderlei Miranda e João Leite, nosso grande goleiro do Atlético e da seleção brasileira, hoje o professor de Educação Física não possui instrumento de trabalho. Ele tira o menino da sala de aula para jogar bola e acha que dá aula de Educação Física. O aluno perde um excelente horário de aula para preparar o físico, para que a aprendizagem se estabeleça de uma maneira melhor. Portanto, é muito propícia a ponderação de V. Exa. Mais animada fiquei quando V. Exa. falou sobre a valorização do profissional da educação. Não podemos achar que o professor não é um profissional. Ele é profissional, como o trabalhador de uma indústria, o funcionário desta Casa. Ele precisa ter plano de cargos e salários, progressão, pelo seu estudo; um salário digno, para estudar e se aperfeiçoar. Há enorme desânimo nos profissionais da educação, principalmente, quando têm necessidade de trabalhar em três turnos, sobretudo as mulheres, que, muitas vezes, são arrimo de família. Para manter suas famílias, trabalham de manhã, à tarde e à noite. Que hora esses profissionais terão para se aperfeiçoarem, abrir um livro? Que dinheiro terão para comprar um livro? Essas questões levantadas por V. Exa. precisam ser levadas em consideração e o serão, Deputado Vanderlei Miranda, porque estão todas inseridas no Plano Decenal de Educação de Minas Gerais. Aliás, constituiremos uma comissão fiscalizadora do cumprimento do que foi decidido pela maravilhosa assembleia dos educadores. Não adianta criarmos mais uma lei, estudarmos, discutirmos e debatermos, como fizemos na última semana, criarmos mais um plano para ser guardado. Por isso está sintetizado em 250 propostas, escolhidas, votadas, modificadas ou substituídas pela assembleia de professores, que lotou esta Casa na quarta, na quinta e na sexta-feiras da semana passada.

Mais uma vez, parabênize V. Exa. por trazer a esta Casa a discussão de que não se trata de um educador de sala de aula, mas de uma igreja em que é pastor dos seus filhos, enfim, um cidadão consciente do seu papel de ser humano na condução da melhoria da qualidade de vida dos nossos alunos e dos nossos profissionais da educação.

Mais uma vez, quero parabenizar V. Exa. por trazer a esta Casa a discussão de quem não é educador de sala de aula, mas de quem é educador de uma igreja onde é pastor, de quem é educador de filhos, de quem é cidadão consciente do seu papel de ser humano, buscando a melhoria da qualidade de vida dos nossos alunos e dos nossos profissionais da educação.

Parabéns pela sua fala. Conte comigo. Como educadora, juntos poderemos deixar um rastro para que outros nos sigam e tenhamos realmente a educação que queremos e de que precisamos, não a educação que temos. Muito obrigada.

O Deputado Vanderlei Miranda - Agradeço-lhe as palavras, Deputada Maria Lúcia Mendonça. Sei que temos, na sua pessoa, uma das mais brilhantes cabeças desta Casa, pessoa comprometida com a educação, em quem temos um grande apoio. Sua luta tem sido toda forjada nessa área. Com certeza, tem autoridade para nos trazer as palavras com que acabou de nos brindar neste Plenário e levar a todos os amigos que nos acompanham pela TV Assembleia nos mais de 300 Municípios aos quais esta reunião chega.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Quero cumprimentá-lo, Deputado Vanderlei Miranda, por este pronunciamento e falar da

importância da participação, não só dos órgãos governamentais na educação, mas também da espiritualidade - não de uma religião, de espiritualidade mesmo -, para que os jovens possam, de fato, ter uma vida digna e uma motivação. Recentemente, ouvi um palestrante dizer que, para tirarmos os jovens do tráfico, eles precisam ser motivados, precisam sentir o valor da vida. Eles precisam se sentir valorizados, precisam sentir que a droga realmente é morte e precisam saber o que querem da vida. O maior dom de Deus é a vida.

Concordo com o pronunciamento de V. Exa. Sei dos grandes problemas da educação. Sou professora, trabalhei 25 anos em escolas públicas, e sabemos que, historicamente, a educação no Brasil nunca foi valorizada nem foi uma prioridade na prática. Precisamos reverter esse quadro. O seminário que aconteceu nesta Casa foi de extrema importância. Temos de acompanhar todas as propostas feitas para que sejam efetivamente cumpridas. Quero mencionar aqui que o governo federal tem dado passos importantes. Precisa dar mais, mas já vemos a valorização e a ampliação das universidades federais e dos Cefets. Hoje, no Brasil, 2 milhões de jovens ainda não têm oportunidade de cursar o ensino fundamental. Concordo com V. Exa. O ProJovem pretende atingir esses jovens. Há parcerias do governo federal, com as Prefeituras e com o governo do Estado, tentando resolver esse problema. Infelizmente, não temos ainda um piso salarial proposto pelo governo federal em Minas Gerais. Precisamos unir forças nesta Casa, para que Minas Gerais assumam esse piso salarial, que é um passo importante para a valorização profissional. Vimos que o Japão, após a II Guerra Mundial, tornou-se uma potência, porque investiu mais de 50% do PIB na educação. Era um país com pequena extensão, mas investiu em educação. Para o Brasil, não há outro caminho. As três esferas de poder têm de unir forças. O governo federal tem dado sinais concretos disso. Temos mais de 40 universidades, extensões federais e mais de 400 mil jovens no ProUni. Estes têm bolsas em escolas particulares. Lembro-me de que, na última legislatura, o maior pedido era por bolsas de estudo. Hoje, isso diminuiu. A maior demanda é por empregos. Vemos, então, o momento que está vivendo nossa sociedade.

Contem conosco. Creio que todos nós temos convencimento de que a educação é o caminho para mudarmos essa sociedade. E não só a educação formal, mas a educação popular, que recupera esses jovens. Em Betim, temos um Ceresp, com 1.046 detentos, onde caberiam 400, com mais de 90% jovens.

É preciso que haja investimento profundo em prevenção e políticas públicas, garantindo-se ao jovem, como V. Exa. falou, e muito bem, direito a esporte, a lazer, a cultura, a uma educação de qualidade, a saúde. Só assim teremos uma Nação cada vez mais forte, mais viva, que valoriza seus jovens e crianças, enfim, uma Nação onde a dignidade seja respeitada, onde o jovem e a criança tenham vez e voz.

Mais uma vez, os nossos cumprimentos a V. Exa. por esse pronunciamento tão oportuno para o nosso Estado e para o nosso país.

O Deputado Vanderlei Miranda - Agradeço a V. Exa. o aparte, que, com toda certeza, também enriquece muito o debate.

Para encerrar, Sr. Presidente, também gostaria de honrar a pessoa e a figura do Deputado João Leite, que, como Secretário de Esportes, criou um programa no governo municipal envolvendo os atletas com as crianças. Um projeto de sucesso, mas, lamentavelmente, chega-nos agora a informação de que o atual Prefeito de Belo Horizonte quer acabar com ele. Não dá para entender: isso é governar na contramão. Não adianta eu ser um Prefeito popular e andar pelas ruas sem segurança se vou começar meu trabalho destruindo bases de sucesso implantadas em governos anteriores, inclusive essa que V. Exa. capitaneou tão bem como Secretário de Esportes do Município. Isso sem falar do brilhante trabalho que V. Exa. desenvolveu como Secretário de Estado, quando começou o hoje bem-sucedido Campos de Luz, programa que mostrou na prática o quanto a violência diminuiu no entorno dos estádios onde a iluminação chegou, criando-se um espaço para que a comunidade possa ter seu lazer à noite, transformando-se em mais uma empreitada de êxito. São iniciativas dessa natureza que vão aos poucos se somando e contribuindo para inserir mais as nossas crianças e a nossa juventude na comunidade. Assim sendo, teremos menos trabalho com os adultos. Vamos acabar com o chamado déficit penitenciário, porque, infelizmente, a violência vem crescendo de forma absurda. Na maioria das vezes ela é cometida pelos jovens, e, em alguns casos, infelizmente, patrocinada por adultos. Eles usam as nossas crianças, e hoje, não tendo elas o que fazer, como disse a Deputada Maria Tereza Lara, temos de disputá-las com o tráfico. É deprimente viver numa sociedade como essa, mas sabemos por que elas são atraídas para o tráfico. É preciso que esta Casa, de fato, ao cumprir seu papel de contribuir para a melhoria da qualidade de vida, nunca perca de vista os princípios da nossa Carta Maior, que contempla garantias fundamentais para crianças e jovens, do Estatuto da Criança e do Adolescente, embora neste caso haja alguns pontos que eu questiono. Precisamos ser mais ousados, para tirar das páginas frias da nossa Constituição o que lá está garantido por direito e criar ações concretas em favor das nossas crianças e jovens.

Mais uma vez, parabênz ao Deputado Agostinho Patrús, hoje Secretário, por trabalhar a doação desse terreno, que - ressaltou mais uma vez - abrigará uma quadra e uma escola municipal em Pereirinhas, no Município de Desterro de Entre-Rios. Sr. Presidente, muito obrigado pela paciência.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/5/2009

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Juninho Araújo e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Juninho Araújo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.310/2008 (Deputado Paulo Guedes) e 3.220/2009 (Deputado Getúlio Neiva), em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.623 e 3.703/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite em que solicita a realização de reunião de audiência pública com a finalidade de se conhecer a história de Manoel José de Paiva Júnior e comemorar os 120 anos de seu nascimento; Carlos Gomes em que solicita a realização de audiência pública para discutir a cultura do Vale do Jequitinhonha; Eros Biondini em que solicita seja realizado debate público em conjunto com a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, para debater a importância da presença da colônia italiana em Minas Gerais; Ruy Muniz em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, com os convidados que menciona, para avaliar a real situação do patrimônio histórico e cultural de Minas Gerais, bem como do potencial de risco, espoliação e sinistros; e da Deputada Gláucia Brandão em que solicita realização de reunião com convidados, para discutir a importância das academias de letras na promoção cultural do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2009.

Gláucia Brandão, Presidente - Vanderlei Jangrossi - Lafayette de Andrada.

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Vanderlei Miranda, Durval Ângelo, Delvito Alves e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Raimundo Cândido Júnior, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Minas Gerais - OAB-MG -, e Herbert José Almeida Carneiro, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Herbert José Almeida Carneiro, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Cristiano Moreira Silva e Marina Lage Pessoa da Costa, Defensores Públicos, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência e o Deputado Durval Ângelo, na condição de autores do requerimento que deu origem à reunião, fazem uso da palavra para suas considerações iniciais. Logo após, o Presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2009.

João Leite, Presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/5/2009

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Délio Malheiros, Gil Pereira e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Fábio Avelar. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Walter Tosta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir as afirmações contidas em anúncio de aparelho bloqueador de ar para tubulações de água. Comunica, ainda, o recebimento de ofícios dos Srs. Josué Costa Valadão, Secretário de Governo de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.180/2008, das Comissões de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Participação Popular; e Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon Assembleia, relatando visita à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, realizada em 12/5/2009. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Sr. Adlei Duarte de Carvalho, Gerente da Divisão de Assuntos Contenciosos de Juizado Especial da Copasa-MG; o Sr. Marcos Otávio da Silva Passos e a Sra. Beatriz Borges Botelho, respectivamente, Gerente da Divisão de Desenvolvimento Comercial e Analista de Saneamento da Copasa-MG, representando o Sr. Márcio Augusto Vasconcelos Nunes, Diretor-Presidente dessa Companhia; os Srs. Mário César de Sá Horta, Superintendente de Apoio Técnico da Copasa-MG; José Antônio Baeta de Melo Cançado, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor; Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon Assembleia; a Sra. Maria do Céu Paixão Kupidowski, Coordenadora Institucional do Movimento das Donas de Casa e Consumidoras de Minas Gerais - MDC-MG -, representando a Sra. Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem, Presidente dessa entidade; os Srs. Carlos Barreira Martinez, Professor da UFMG, representando o Sr. Márcio Benedito Baptista, Professor de Engenharia Hidráulica e Recursos Hídricos da UFMG; Ideraldo Ávila, advogado e procurador da Blokear Equipamento; Fábio Túlio Pachele de Souza, proprietário da Blokear Equipamentos, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros (3), em que pede seja solicitada à Secretaria de Fazenda cópia de notas fiscais de fornecimento de GLP no Estado, relativas à comercialização do produto entre as distribuidoras e as revendas; seja realizado debate público sobre a formação do preço do gás, a garantia dos botijões e o sistema de distribuição de GLP no Estado; e seja realizada audiência pública para discutir a falta de combustíveis nos postos com a bandeira da BR Distribuidora em Belo Horizonte; Adalclever Lopes (3), em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Saúde para discutir a instalação de uma unidade do Hemominas em Caratinga; seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para discutir a inadimplência da Copasa-MG com relação a contrato firmado com o Município de Caratinga para exploração de seu esgoto sanitário; e seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em Caratinga, para discutir a construção do aeroporto internacional da Usiminas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2009.

Adalclever Lopes, Presidente - Irani Barbosa - Vanderlei Jangrossi.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/5/2009

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Juninho Araújo e Antônio Carlos Arantes (este substituindo o Deputado Djalma Diniz, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Délio Malheiros, Alencar da Silveira Jr., Padre João, Carlos Gomes e Paulo Guedes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a questão dos taxistas, principalmente do interior do Estado, que são impedidos legalmente de realizar transporte intermunicipal, e comunica o recebimento do ofício do Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, justificando sua ausência na reunião de audiência pública desta Comissão realizada em 12/5/2009. O Presidente interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Ten.-Cel. Adirson Barbosa do Prado, Chefe da Diretoria de Meio Ambiente e Trânsito, representando o Sr. Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da PMMG; Paulo Rubens Pereira Diniz, Diretor de Fiscalização, representando José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -; Ronaldo de Assis Carvalho, Gerente de Fiscalização do DER-MG; Joaquim Alves Corrêa, Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Transportes de Passageiros do Vale do Carangola; e Dirceu Efigênio Reis, Presidente do Sindicato Intermunicipal dos Condutores Autônomos e Taxistas de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença do Deputado Irani Barbosa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Padre João, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.987/2009 (relator: Deputado Juninho Araújo, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.172 (relator: Deputado Gustavo Valadares) e 3.190/2009 (relator: Deputado Djalma Diniz), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.700, 3.704, 3.708, 3.717, 3.718 e 3.755/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.694/2008 e 3.107/2009. Retiram-se da reunião os Deputados Juninho Araújo, Antônio Carlos Arantes e Irani Barbosa. O Presidente informa os parlamentares presentes sobre a próxima reunião extraordinária, a realizar-se em 22/5/2009, no Município de Rio Casca, com a finalidade de discutir e propor providências que garantam melhorias na segurança da Rodovia BR-262. Cumprida a finalidade da reunião,

a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2009.

Juninho Araújo, Presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA,
EM 20/5/2009

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Ademir Lucas (substituindo este ao Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sargento Rodrigues e Vanderlei Jangrossi. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o não cumprimento da carga horária mínima dos servidores militares, estabelecida em resolução dos Comandos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e a apreciar a matéria constante na pauta; em seguida, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Carlos da Fonseca Soares, Presidente da Câmara Municipal de Santos Dumont; Alexandre Silveira, Deputado Federal; e Leonardo Machado de Lima, Presidente da Câmara Municipal de Rio Preto, publicados no "Diário do Legislativo", em 20/5/2009. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 3.187/2009, no 1º turno (Deputado Neider Moreira). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Major PM Josan Mendes Seres, Assessor Jurídico Institucional da Sessão de Recursos Humanos do Estado Maior da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, representando Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; o Cel. PM Alexandre Marcelo Costa de Oliveira, Diretor Institucional do Corpo de Bombeiros, representando Gilvam Almeida Sá, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais; o Sargento Héder Martins de Oliveira, Diretor Administrativo da Associação dos Praças da Polícia Militar e Bombeiro Militar - Aspra -, representando o Subtenente PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Presidente da Associação; o Ten-Cel. Domingos Sávio de Mendonça, Assessor Jurídico da Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiro e da Polícia Militar - Ascobom -; o Coronel PM Edvaldo Piccinini Teixeira, Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar e Bombeiro Militar; o Cabo João Batista de Oliveira, Presidente da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Triângulo Mineiro - AMT -; o Sr. Leonardo Carneiro, Mestre em Direito Administrativo; o Tenente Nelson Henriques Pires, Presidente da Associação dos Oficiais da PMMG e Bombeiros e Renata Abreu, Advogada da Ascobom, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.882/2008 e 3.096/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Ademir Lucas - Fábio Avelar - Antônio Júlio - Paulo Guedes.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 26/5/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.186/2009, do Governador do Estado, que cria a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Estado de Minas Gerais - Aras - MG, e dá outras providências. (Faixa Constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 12, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.354/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que institui o Banco do Livro nas Bibliotecas Públicas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.577/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica no Município de Fama. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.592/2008, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arceburgo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação da Emenda nº 1 com a Subemenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.243/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto..

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.715/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que proíbe as empresas que exploram locação imobiliária de transferir contas de água e de luz para o nome do fiador. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.008/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aventureiro o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.057/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.169/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada à execução do Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais III e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre-Rios o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.358/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER - MG a doar ao Estado de Minas Gerais os imóveis que especifica, situados nos Municípios de Uberlândia e Unaí. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.872/2008, do Deputado Leonardo Moreira, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.418, de 26/12/96. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.188/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.080, de 26/4/2006, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., destinada à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 26/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 50/2009, do Deputado Gustavo Valadares; Projetos de Lei nºs 3.202/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 851/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.438/2008, da Deputada Cecília Ferramenta; 3.054 e 3.055/2009, do Deputado Ruy Muniz; 3.158/2009, do Deputado Gilberto Abramo; 3.160/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.191/2009, do Deputado Ruy Muniz; 3.201/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 3.223/2009, do Deputado Ruy Muniz; 3.237/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.295 e 3.313/2009, do Deputado Ruy Muniz.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.168 e 2.218/2008 e 3.288/2009, do Deputado Braulio Braz; 3.291/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.292/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 3.293/2009, do Deputado Inácio Franco; 3.294/2009, do Deputado Wander Borges; 3.298/2009, do Deputado Padre João; 3.299/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 3.301/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho;

3.304/2009, do Deputado Doutor Viana; 3.309/2009, do Deputado José Henrique; 3.311/2009, do Deputado Doutor Rinaldo; 3.314/2009, do Deputado Wander Borges; 3.320/2009, do Deputado Walter Tosta; 3.324/2009, do Deputado Jayro Lessa; 3.325/2009, da Deputada Rosângela Reis; 3.326/2009, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 26/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir a cobrança de condomínio nos "shopping Centers" e o repasse desse valor ao consumidor.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 26/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.858/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.714/2009, da Comissão de Constituição e Justiça; 3.771/2009, da Deputada Gláucia Brandão.

Finalidade: debater, em audiência pública, questões relacionadas aos resíduos de indústrias mineiras.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 26/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.231/2009, da Deputada Cecília Ferramenta.

Finalidade: conhecer o trabalho desenvolvido pela Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas da Secretaria de Estado de Defesa Social.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 26/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.792/2009, do Deputado Ivair Nogueira; e 3.851/2009, da Comissão de Participação Popular.

Realização de discussão sobre as normas que regem os Centros de Formação de Condutores, inclusive o Código de Trânsito Brasileiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15h15min DO DIA 26/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.805 e 3.806/2009, do Deputado Delvito Alves; 3.831, 3.832, 3.863, 3.865 e 3.866/2009, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA EXECUÇÃO DAS PENAS NO ESTADO, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 28/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: audiência pública, com a finalidade de debater o tema atinente à Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 26/5/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica; 2.243/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 2.354/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que institui o Banco do Livro nas Bibliotecas Públicas do Estado de Minas Gerais; 2.358/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER - MG - a doar ao Estado de Minas Gerais os imóveis que especifica, situados nos Municípios de Uberlândia e Unai; 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre-Rios o imóvel que especifica; 2.577/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica no Município de Fama; 2.592/2008, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arceburgo o imóvel que especifica; 2.715/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que proíbe as empresas que exploram locação imobiliária de transferir contas de água e de luz para o nome do fiador; 2.872/2008, do Deputado Leonardo Moreira, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.418, de 26/12/96; 3.008/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aventureiro o imóvel que especifica; 3.057/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos o imóvel que especifica; 3.169/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada à execução do Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais III e dá outras providências; 3.186/2009, do Governador do Estado, que cria a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Estado de Minas Gerais - Aras - MG, e dá outras providências; e 3.188/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.080, de 26/4/2006, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., destinada à execução do Programa de Melhoria de Ligações e Acessos Rodoviários no Vale do Rio Doce; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 25 de maio de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/5/2009, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de, com a presença de convidados, enaltecere a conquista do bicampeonato no Desafio Internacional de Empreendedorismo, o "Global Business Challenge", pelos alunos da Escola de Formação Gerencial do Sebrae, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2009.

Maria Lúcia Mendonça, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Domingos Sávio, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/5/2009, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.936/2008, do Governador do Estado; de votar os Requerimentos nºs 3.803 e 3.804/2009, do Deputado Ademir Lucas; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2009.

Délio Malheiros, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Vanderlei Miranda, Delvito Alves e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 29/5/2009, às 10 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Governador Valadares, com a finalidade de, em audiência pública, debater o tema atinente à Comissão e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2009.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Vanderlei Miranda, Delvito Alves e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/6/2009, às 15 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Uberlândia, com a finalidade de, em audiência pública, debater o tema atinente à Comissão e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2009.

João Leite, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.220/2009

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Wander Borges, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo seja declarada de utilidade pública a Sociedade Musical Carlos Gomes, com sede no Município de Belo Horizonte.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Dando prosseguimento à tramitação da matéria, cabe agora a esta Comissão deliberar em caráter conclusivo, com base nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.220/2009 tem por escopo declarar de utilidade pública a Sociedade Musical Carlos Gomes, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 1896, que tem como principal finalidade facilitar aos seus associados livre acesso a diversas fontes culturais e artísticas, por meio de sua escola de música, banda de música e uma orquestra que mantém.

Merecem destaque os projetos artísticos e culturais que são desenvolvidos, buscando melhor difundir a arte da música, estimulando e contribuindo com a formação dos seus associados, em especial das crianças e adolescentes carentes, além de promover atividades assistenciais e espetáculos musicais gratuitos.

Pelo que foi aduzido, podemos considerar a citada entidade habilitada a receber o título de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.220/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2009.

Getúlio Neiva, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.808/2008

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Relatório

De autoria do Deputado Irani Barbosa, o projeto em epígrafe "altera a Lei nº 14.171, de 15 de janeiro de 2002, que cria o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Idene - e dá outras providências".

A Comissão de Constituição e Justiça, em exame preliminar, concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da matéria.

Vem, agora, o projeto a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em exame altera a Lei nº 14.171, de 2002, que cria o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Idene -, com o objetivo de incluir no âmbito dessa autarquia o Município de Coluna, integrante da Microrregião de Guanhães, pertencente à Mesorregião do Vale do Rio Doce.

O Idene foi criado em substituição à Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - Codevale - e à Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas - Sudenor. Tem por finalidade promover o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte e Nordeste do Estado, competindo-lhe, entre outras atribuições, formular e propor diretrizes, planos e ações, em sintonia com as políticas dos governos federal e estadual.

Sua área de atuação abrange os Municípios das Mesorregiões Norte de Minas e Mucuri e os demais Municípios integrantes das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha e São Mateus, bem como os Municípios da Microrregião de Curvelo, pertencente à Mesorregião Central.

Trata-se, com efeito, de uma instituição constituída nos moldes da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene -, autarquia encarregada, no plano federal, de promover o desenvolvimento do semiárido brasileiro, nos termos do art. 43 da Constituição da República.

Ao dispor sobre a regionalização administrativa, a Constituição de Minas Gerais, em seu art. 41, estabelece para o Estado a obrigação de desenvolver ações visando a contribuir para a redução das desigualdades regionais e assistir os Municípios de escassas condições de propulsão socioeconômica situados na região, para que se integrem no processo de desenvolvimento.

Como forma de operacionalizar essas ações, a Carta mineira prevê, no art. 51, a criação de "autarquias territoriais" para planejamento e orientação da execução articulada das funções e serviços públicos, com a finalidade de desenvolvimento global em favor da população do mesmo complexo geoeconômico e social.

Nesse contexto, como bem salientou o autor da proposição em tela, causou estranheza a não inclusão do Município de Coluna na área de atuação do Idene, uma vez que tem características bastante similares às dos Municípios assistidos pelos órgãos estaduais de desenvolvimento regional, vale dizer o Idene e a Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas Gerais - Sedvam.

Segundo dados do IBGE, de 2007 e 2005, e do Instituto de Pesquisas Aplicadas - Ipea -, de 2008, Coluna tem 348km² de área, Produto Interno Bruto de pouco mais de R\$25.000.000,00 e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM - de 0,656; é, portanto, um Município de precárias condições de propulsão socioeconômica. Seu IDHM é bem próximo ao dos Municípios assistidos pela Sedvam e pelo Idene: em 2008, a média nacional de desenvolvimento humano foi de 0,757; em Minas Gerais, foi de 0,766; na região de abrangência de Coluna, tal índice é da ordem de 0,600 - abaixo, portanto, da média nacional e bem longe da média do Estado. Por essas razões, defendemos a inclusão desse Município na área de abrangência do Idene.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.808/2008.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2009.

Cecília Ferramenta, Presidente - Ademir Lucas, relator - Paulo Guedes - Sebastião Helvécio.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 19/5/2009

O Deputado Juarez Távora - Sr. Presidente, caros colegas, ocupamos esta tribuna para manifestar nossa preocupação diante das incertezas que pairam sobre os repasses de uma importante receita dos Estados e Municípios, a Cide.

Desde maio do ano passado assistimos à queda no repasse da Cide, até a redução desastrosa no primeiro trimestre deste ano. A recente opção contábil da Petrobras por um diferente regime de tributação penalizou fortemente os governos estaduais e municipais. Para se ter uma ideia, caros Deputados, em Minas Gerais, os repasses da Cide, em 2007, foram de R\$180.000.000,00, valor importantíssimo na composição dos recursos aplicados nos programas estruturadores, como, por exemplo, o Pro-MG e o Proprocesso.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Inicialmente, quero cumprimentá-lo por abordar esse tema tão importante para os Estados e, de forma mais notada, para Minas Gerais. Realmente, o governo Aécio Neves assumiu o compromisso de asfaltar todos os acessos aos Municípios do nosso Estado e quer, ao final de seu mandato, deixar todos os Municípios mineiros com o acesso asfáltico. Essa manobra contábil feita pela Petrobras, além de ser uma manobra pouco recomendada para um órgão com a importância que tem, traz um prejuízo extraordinário para os cidadãos mineiros. Fico a pensar, Deputado, que o governo federal não cuida de suas rodovias, não zela por elas. Ora, na medida em que o Governador Aécio Neves se dispõe a fazer esse trabalho de tamanha importância, essa manobra contábil da Petrobras, que incide redundantemente sobre a Cide, traz um dano irreparável ao nosso Estado. V. Exa já disse as cifras. O Estado de Minas recebia R\$180.000.000,00, e haverá redução desse valor para R\$12.000.000,00. É um absurdo o que estão fazendo. Além de ser uma manobra incorreta e irregular nessa contabilidade da Petrobras - a de reduzir os repasses dos recursos para os Estados -, Minas Gerais está sendo penalizada por essa ação do governo federal.

Por isso, quero cumprimentá-lo por trazer esse assunto tão importante à baila nesta tarde. Minas Gerais tem de reagir; nosso Governador reagiu bravamente. Até entendemos que haja uma perseguição política ao Estado. Conforme ele disse, "não fica bem para essa estatal tão respeitada ter em sua direção pessoas que fazem uma manobra dessa natureza". Isso não se faz. Além de ser irregular essa manobra contábil, ela atinge de frente os Municípios de Minas Gerais, prejudicando o asfaltamento de suas vias.

O Deputado Juarez Távora - Obrigado, Deputado Ademir Lucas, pelas considerações. Destacarei mais algumas cifras importantes para nós, Deputados, discutirmos e tomarmos posições.

Em 2008, essa redução se ampliou: o Estado recebeu só R\$85.000.000,00. Dizem que foi por conta da alta do barril de petróleo, que pressionou o preço da gasolina. Temos de analisar e ver se realmente foi isso que aconteceu. No primeiro trimestre deste ano os repasses foram de apenas R\$3.000.000,00, e, se persistirem essas receitas - podemos fazer uma projeção, até o final do ano serão R\$12.000.000,00 -, essa cifra será muito inferior ao que foi considerado no Orçamento do Estado para este ano.

Não devemos iludir-nos e ficar no aguardo de uma rápida CPI instalada, ou da imediata análise da Receita Federal em relação aos créditos do Imposto de Renda utilizados pela Petrobras para quitar as suas obrigações com a Cide. É importante que façamos coro, todos nós, Deputados Rinaldo, Carlos Gomes, Gustavo Valadares, Carlin Moura, com o nosso Governador Aécio Neves, e que cobremos do governo federal uma solução política para a recomposição dos repasses da Cide.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Juarez Távora. Quero cumprimentar V. Exa. pela lucidez com que faz esse pronunciamento. Acima de tudo, V. Exa. tem perfil para falar para nós, pois é um empresário bem-sucedido, com uma vasta experiência no mundo da iniciativa privada, e tem trazido à Assembleia Legislativa a sua inteligência como grande administrador. Esse caso da Cide incomoda-nos; o da Petrobras, mais ainda. Não é de hoje que o Governador Aécio Neves tem discutido e tratado a Cide como prioridade neste país. Falou-se muito do pacto federativo. Ultimamente o Governador tem cobrado ações maiores da Cide. Tanto é verdade que esteve em Brasília tratando com outros Governadores e bancadas, numa discussão correta referente ao Estado de Minas Gerais e à Cide. Sabemos que a situação da Petrobras, da forma como está, é perversa para Minas Gerais, que, mais uma vez, está sendo sacrificada. Com os dados na mão, como muito bem lembrou o Deputado Ademir Lucas e V. Exa, é necessário que nos unamos com o Governador, fazendo coro com as suas palavras. É preciso que a nossa bancada federal e os nossos Senadores cobrem efetivamente, seja de quem for, essas ações. Hoje temos uma compreensão em relação ao problema da Petrobras, que nos assusta, que nos amedronta. Minas, mais uma vez, ficará prejudicada. Não podemos silenciar-nos, em nenhum momento, nem aqui nem na Câmara Federal. Os parlamentares que têm cobrado ações para as nossas estradas não podem silenciar. Penso, Deputado Juarez, que precisamos nos fortalecer agora. Esse é um momento importante. Enquanto presenciamos a CPI da Petrobras, vamos ver o que efetivamente Minas Gerais cobrará. Conforme o seu relatório, temos um prejuízo incalculável nos anos 2007 e 2008, e teremos muito mais. Não há ainda nenhuma projeção de ações para trazer a Minas o que ela tem direito em relação ao seu eixo rodoviário, conforme a sua manifestação em várias oportunidades ao nosso Governador Aécio Neves. Vamos discutir essa situação em caráter excepcional, prioritário e urgente.

Mais uma vez, parabéns pelo pronunciamento.

O Deputado Juarez Távora - Agradeço ao Deputado Dalmo as considerações. Caros amigos, colegas, se concordarmos com a atual situação, isso significará que estamos concordando com cortes ou até com a suspensão de projetos ambientais e programas de infraestrutura de transportes que fundamentaram a instituição dessa contribuição em 2001. Nesse momento estão em jogo as condições de prosperidade dos Municípios beneficiados, os empregos, a integridade física, a vida dos mineiros, dos brasileiros que dependem das obras resultantes desses programas.

Essa opção contábil da Petrobras, ainda que legal - não acredito que o seja -, veio em péssima hora e tem de ser repensada. Agradeço a todos. O momento é de nos unirmos e voltarmos a brigar pelos repasses a que temos direito. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Lúcia Mendonça* - Sr. Presidente, é um prazer estar aqui falando para os nobres pares, imprensa, telespectadores e servidores desta Casa. O momento é importante, porque, daqui a pouco, esta Casa estará repleta de Defensores Públicos. É com muito orgulho que venho a esta tribuna para parabenizá-los pelo seu dia. Hoje, 19 de maio, além de parabenizá-los, temos de destacar que o seu trabalho é vital para o processo de efetivação de direitos, principalmente daqueles que não têm condições financeiras para solicitar o serviço de advocacia. É preciso valorizar muito os Defensores Públicos, oferecendo-lhes melhores condições de trabalho e salários compatíveis com a relevância e a importância do serviço que prestam à população. São eles que garantem o acesso da população carente à Justiça, são eles que defendem os direitos fundamentais do cidadão.

Hoje, pela manhã, a convite da Deputada Rosângela Reis, estivemos na Praça da Estação, onde os Defensores Públicos, na comemoração do seu dia, estão atendendo o público que passa por lá. É muito interessante o que ouvimos.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Deputada Maria Lúcia Mendonça, cumprimento V. Exa. por trazer esse assunto à discussão. Também ressalto a importância da Defensoria Pública para a relação processual e jurídica. É uma categoria tão importante quanto o Ministério Público e os Juizes, principalmente quando o assistido é um pobre. A Justiça não pode ser tão elitizada e atender apenas um segmento da população. Na verdade, a grande massa fica sem acesso à Justiça, pois faltam recursos para pagar os serviços de um advogado. O Defensor Público tem essa nobre missão de defender os carentes, os pobres, a fim de que, na discussão, haja equilíbrio entre as partes.

Temos de reconhecer que no governo Aécio Neves a Defensoria Pública melhorou muito no que tange à estrutura física, às instalações e aos equipamentos, mas a remuneração não é a ideal. Enquanto o Ministério Público tem um piso de R\$19.000,00 e a magistratura de cerca de R\$21.000,00, o Defensor Público tem um piso de R\$6.000,00, o que é muito pouco, e um teto de R\$10.000,00.

Recentemente houve um concurso para Procurador do Tribunal de Contas de Minas. Foram criados nesse Tribunal os cargos e a carreira. Até então o Ministério Público supria essa demanda. Foi criada a carreira de Procurador do Tribunal de Contas, e o Tribunal fez um concurso para suprir vaga. O piso inicial de um Procurador do Tribunal de Contas do Estado é de R\$21.000,00. Daí podemos ver o tamanho da disparidade

entre os salários do Ministério Público, da magistratura, da Procuradoria do Tribunal de Contas e acredito - não quero ser leviano -, do Procurador Fiscal. No Dia do Defensor Público, para completar a obra do Governador, tão meritória em relação ao tratamento dado à Defensoria Pública, só falta elevar o piso da categoria, no mínimo equiparando-o ao que já é pago ao Ministério Público, à Procuradoria junto ao Tribunal de Contas e à magistratura. Essa é uma questão de justiça.

Cumprimento-a pela abordagem do tema, parabenizando-a pelo pronunciamento e aos Defensores Públicos pelo seu dia.

A Deputada Maria Lúcia Mendonça* - A grande preocupação dos Defensores Públicos é que a cada 12 dias perdem um Defensor Público. Segundo informação que recebemos hoje de manhã, a defasagem em relação à demanda está cada vez maior.

Este ano a comemoração do Dia do Defensor Público tem como tema: "Defensor Público para quem precisa, justiça para todos".

De acordo com a Lei nº 65, de 2003, e a Constituição Estadual, a Defensoria Pública tem direito a 1.200 cargos. Minas Gerais tem 853 Municípios e 295 comarcas. Conta com 468 Defensores Públicos para atender mais de 18 milhões de habitantes. Minas possui uma média de 41 mil habitantes por Defensor Público, bem acima do desejado pelo Ministério da Justiça: 11 mil habitantes por Defensor Público. Há 30 mil habitantes por Defensor Público além do limite proposto por lei. É preciso rever isso.

Na Praça da Estação existe um mapa de Minas, e é irrisória a marca azul que indica os Municípios que têm Defensor Público. A grande maioria do Estado é caracterizada pela cor vermelha.

De acordo com dados de abril de 2009 da Corregedoria-Geral da Defensoria Pública, existem 222.785 processos em andamento nas Varas Cível, de Família e Criminal em todo o Estado. Foram atendidas no mês de abril deste ano, em todo o Estado, 39.841 pessoas. Se são 222 mil processos, quantas pessoas deixaram de ser atendidas? Se tivéssemos mais Defensores Públicos, seria facilitado, o atendimento no Judiciário.

Onde não há Defensor Público as cidades são atendidas pelos advogados dativos ou nomeados, o que onera muito os cofres públicos. O valor destinado à Defensoria Pública é de R\$1.034.000,00, sendo R\$743.000,28 destinados a pagamento de imóveis, deslocamento de Defensores e outras despesas de manutenção, ficando os Defensores Públicos sem nenhuma proteção.

De acordo com a Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais, a Secretaria de Planejamento e Gestão deixou claro que é improvável haver, este ano, suplementação orçamentária, a exemplo do que ocorreu em 2008, o que deixará a Defensoria Pública com um orçamento de R\$18.000.000,00, menor que o do ano passado.

É necessário que o nosso Governador, que tem feito tudo por este Estado - não faz mais porque não há recursos ou tempo hábil - olhe pelos Defensores Públicos. Nos Municípios onde há esses profissionais, muitos problemas são resolvidos com antecedência, pois eles são mediadores, fazem com que o problema seja solucionado antes da necessidade de um advogado.

Hoje, pela manhã, antes de nos encontrarmos com os Defensores Públicos, que nos atenderam muito bem, ficamos muito felizes, queridas Deputadas, caros Deputados, com os elogios que ouvimos a esta Casa. Os Defensores Públicos têm a Assembleia Legislativa como uma grande parceira. É preciso, então, que realmente façamos um trabalho coordenado, de união, para que, na realidade, o número de Defensores Públicos aumente em nossos Municípios, visto que eles são nossos mediadores.

Uma Defensora Pública contou-nos um caso simplicíssimo de uma senhora que não sabia onde ir para pagar três contas atrasadas, atraso que levaria ao corte de energia de sua residência. Ela já havia conversado na Regional da Prefeitura, mas nada tinha sido resolvido. Bastou uma orientação da Defensora Pública para aquela senhora resolvesse o problema. São problemas do dia a dia, que poderiam até se transformar em processo e, em consequência, exigiu uma solução que demandaria um longo tempo. Nesses casos os Defensores Públicos buscam uma solução rápida, fazem o seu trabalho de mediador e, imediatamente, resolvem o problema.

Pela experiência vivenciada na minha cidade, Cataguases, sei a falta que um Defensor Público faz. Precisamos de muitos Defensores Públicos, além dos três que temos. Há lá uma grande líder, Eliana Espíndola, uma Defensora Pública que trabalha incansavelmente. Além de ser professora na faculdade, dedica o seu tempo a esse trabalho de mediadora. Vemos as dificuldades que ela enfrenta para solucionar os problemas, exercer, com dignidade e profissionalismo, o seu papel, atuar como Defensora Pública. Onde não há esse profissional problemas sérios são frequentes.

Parabenizo, mais uma vez, os Defensores Públicos. Pena que o Jayro Lessa saiu do Plenário, pois ele diz que sempre defendo as mulheres. Orgulho-me por, no meio dos Defensores Públicos, haver um número muito grande de mulheres. Fizeram o seu curso superior de Direito e estão numa luta muito grande pela ocupação do seu espaço, na situação de poder da mulher. Acho muito importante a figura do Defensor, cujo número, repito, é insuficiente para solucionar os problemas mais simples e interceder nas questões mais difíceis, em busca de ajudar o nosso próprio Judiciário. Parabéns, senhoras e senhores Defensores Públicos pelo seu dia, 19 de maio. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Caríssimo Presidente, Deputado Weliton Prado, fico muito feliz de tê-lo, mais uma vez, conduzindo os destinos da nossa Assembleia Legislativa. Hoje V. Exa. já tem lugar de destaque na Mesa pela sua inteligência e competência. Quero saudar os caríssimos Deputados e Deputadas, especialmente a nossa coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa da Defensoria Pública, Deputada Rosângela Reis, os telespectadores da TV Assembleia, meus amigos e minhas amigas.

Sr. Presidente, eu não poderia me omitir neste momento deixando de testemunhar, acima de tudo, o reconhecimento à nossa Defensoria Pública de Minas Gerais. Como advogado militante no meu Sul de Minas, no transcurso de 32 anos da minha vida advocatícia, sempre estivemos, ao lado dos meus queridos e saudosos pai e tio, fazendo as vezes de Defensor Público, trabalhando em prol dos mais necessitados.

Estou Deputado desde 1999. Quando deixei a advocacia, vim para cá com um grande propósito: fazer com que o governo regulamentasse, por meio de lei própria, da sua competência, a transferência da estrutura orgânica e funcional da Defensoria Pública para ela própria.

Espero não ser traído nesta tarde pelo tempo e pela memória, mas, quando aqui ocupei a tribuna, em 1999, manifestamos, total e restrito apoio aos valorosos e incansáveis Defensores Públicos de Minas Gerais. Trabalhamos muito, unimo-nos e fomos inúmeras vezes ao Palácio da Liberdade, então liderado pelo Governador Itamar Franco, e conseguimos receptionar aqui, na Assembleia Legislativa, a lei orgânica da Defensoria Pública, com nossa participação ativa, dando-lhe estrutura, identidade, autonomia e independência, com base no conceito de que é merecedora.

Caríssimos Deputados, querida Deputada Rosângela Reis, aqui neste Plenário, em várias oportunidades, recepcionamos dezenas e milhares de Defensores Públicos de todo o Estado de Minas Gerais. Talvez hoje, neste Dia da Defensoria Pública, pudéssemos contar que não teríamos mais aquela participação ativa, presente, de tantos Defensores e tantas Defensoras incansáveis do nosso Estado de Minas Gerais, mas não poderíamos deixar passar essa data em branco. Nós, amantes e apaixonados pela Defensoria Pública, somos conhecedores do apostolado, do sacerdócio, da luta que tem um Defensor Público na crença do direito e da justiça. O Defensor tem de fazer com que sua inteligência, seu trabalho e seus arrazoados possam prevalecer pela aplicabilidade da justiça e, principalmente, na absolvição daqueles injustiçados de tantas e tantas comarcas do nosso Estado de Minas Gerais.

É comum, ao visitarmos uma Defensoria Pública, encontrarmos o abnegado Defensor cansado, muitas vezes com tantas e tantas audiências sob sua responsabilidade, mas sempre presente, procurando defender no chamamento da justiça aqueles que mais necessitam, acima de tudo, da tutela jurisdicional.

Com certeza, neste 19 de maio, comemoramos o Dia do Defensor Público, mas quero me unir também a todos os Defensores de Minas Gerais. Não fui Defensor, caríssimo Presidente, mas fiz esse papel na minha querida Comarca de Ouro Fino. Militei incansavelmente com tantos patrocínios, muitos júris fiz, em todo o Estado de Minas Gerais, como Defensor Público. E talvez tenha ficado tatuado por garantir neste Plenário, na estrutura governamental, melhores condições para os abnegados sacerdotes do direito e da justiça.

E aqui estamos comemorando esta data. Temos muito a comemorar. Devemos registrar nossa gratidão, nosso reconhecimento a esta classe laboriosa e incansável, a todos que fazem da Defensoria Pública esse corolário maior. Falo dessa Defensoria Pública que faz a comarca funcionar; que não abandona o "habeas corpus", os injustiçados ou aqueles que aguardam a mão amiga de um profissional do direito; que tem sido estrela de primeira grandeza dentro do cenário da aplicação da justiça e da lei.

Querida Deputada Rosângela Reis, V. Exa., que, em boa hora, iniciou esta caminhada com o apoio de todos os Deputados, para fazer face às maiores necessidades dos Defensores Públicos, sabe que dessa Defensoria Pública jamais poderemos nos apartar. Somente aqueles que militam na área do direito sabem e se sentem gratificados pelo valor incalculável, imprescindível - conforme a própria Constituição, em seu art. 133, fala -, da figura do advogado. Mas considero também figura excepcional, imprescindível e indispensável a dos Defensores Públicos. Fico muito feliz, muito à vontade para falar neste momento da nossa Defensoria Pública, dos Defensores que trabalham em silêncio até altas horas da noite no seu apostolado, muitas vezes dentro de sua própria casa, fazendo-a seu escritório e seu confessionário.

Trata-se de um momento importante, e faço questão de dizer a todos que esse pronunciamento é tão somente para dizer que temos muito a fazer, a caminhar pela Defensoria Pública. Vejam o caríssimo Defensor Público, nosso Defensor-Geral, Dr. Belmar, que tanto tem feito pela nossa região, pelo nosso Estado. Digo a V. Exa. que sempre estaremos ao seu lado. Nem todos puderam, como desejavam, estar presentes à sua cruzada cívica, que aconteceu nas praças públicas no dia de hoje, em consequência de realização de reunião na nossa Comissão de Justiça; mas espiritualmente acompanho esse movimento e torço para que a população conheça muito de perto o trabalho abnegado desses homens valorosos, que não são reconhecidos no campo da Defensoria Pública.

Quero ainda, na pessoa do nosso Defensor-Geral, dizer a todos que gostaria muito de prestar uma singela homenagem a um dos maiores e mais corretos Defensores de Minas Gerais, Dr. Evandro Santos, Defensor Público da Comarca de Ouro Fino, que abdicou do cargo de Juiz de Direito do Estado, com sua comarca já pronta para sua posse, para fazer com que sua vida se voltasse ao trabalho de Defensor Público do Estado. É na pessoa do próprio Dr. Evandro que quero saudar a todos os Defensores Públicos. Ele, deixando a magistratura, excepcionalmente bem colocado entre os aprovados em um dos últimos concursos, dedica-se exclusivamente a ser Defensor Público em minha terra natal, Ouro Fino. Fico muito feliz neste momento, em que devemos refletir para que esta Casa implemente, com nossa frente parlamentar, ações imediatas, como fez em tantas causas que abraçou, particularmente sob o comando da nossa querida coordenadora, Deputada Rosângela Reis, que tanto tem participado, tem-nos ajudado, ao lado dos Deputados Domingos Sávio, Chico Uejo e tantos outros que incansavelmente têm procurado resolver as questões mais importantes da nossa Defensoria Pública.

Perfeitamente. Neste dia estamos entrelaçados com todos os Deputados, com todos aqueles que conhecem e reconhecem o trabalho da Defensoria Pública. Expressando o sentimento e a vontade de todos os Deputados e Deputadas desta Casa, quero dizer que, acima de tudo, depositamos esperança nos Defensores de todas as regiões do Estado que olham pelos esquecidos, pelos anônimos, por aqueles que nunca serão lembrados.

Esta Casa jamais deixará de acompanhar os anseios, as propostas e as reivindicações da classe. A Assembleia Legislativa há de proporcionar condições para restabelecer, com dignidade, condições para o Defensor Público de Minas Gerais, cuja competência é extraordinária. Não podemos mais perder Defensores Públicos. Aqui temos as inteligências maiores. São homens e mulheres que estudaram, que foram aprovados e hoje vêm lutando, trabalhando, defendendo, dando tudo de si para garantir os direitos dos anônimos, daqueles que necessitam de seu apoio incansável, da sua mão amiga para restabelecer o verdadeiro direito à liberdade, que não tem preço. O Defensor Público sabe lutar, de forma abnegada, em favor daqueles que tanto precisam, de forma a garantir os direitos estabelecidos pela nossa Constituição, a cidadania e a plenitude do direito e da vida.

Ouçó, com satisfação, o ilustre Deputado, nosso Líder, Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Prezado Deputado Dalmo Ribeiro Silva, referência de ética, de trabalho e de conhecimento no campo do direito, como Presidente da Comissão de Justiça e grande parlamentar que é, cumprimento-o por esse pronunciamento, unindo-me a V. Exa. Mais que isso, quero dar um testemunho. Quando aqui cheguei, V. Exa. já trilhava, por muitos anos, o caminho de luta pelo fortalecimento da Defensoria. Nós nos unimos nessa luta e vimos que ela era realmente uma das mais importantes causas que abraçávamos nos últimos anos.

V. Exa., desde o primeiro momento, tem sido timoneiro, um defensor, na essência da palavra, dessa justa causa. Em todos os momentos, até mesmo e especialmente nos mais difíceis, esteve ao lado da Defensoria Pública de Minas Gerais. Por isso, é muito oportuno que nós, juntamente com V. Exa. e com a Deputada Rosângela Reis, nossa grande companheira, que, aqui chegando, muito fortaleceu esse movimento, não só rendamos homenagens à Defensoria Pública, mas reflitamos acerca da sua importância para o Estado de Direito, para as liberdades plenas, pois ela garante ao cidadão o acesso à Justiça.

Aproveito para registrar e louvar, assim como V. Exa. já o fez, com muita alegria, o espírito de luta e de união que estão buscando estabelecer dentro da Defensoria Pública. Contamos aqui com a presença do nosso Defensor Público-Geral, Dr. Belmar Ramos; do Presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais, Dr. Felipe Augusto; do Corregedor-Geral da Defensoria, Dr. Marcelo Tadeu. Estendo meus cumprimentos a tantos outros Defensores que ocupam a tribuna desta Casa. Convidamos para estar ao nosso lado, ouvindo o discurso brilhante de V. Exa., esses três dignos representantes da Defensoria. Todavia, sintam-se, no Plenário desta Casa, convidados todos os Defensores que nos estão acompanhando. Há um compromisso verdadeiro da nossa parte, que o Deputado Dalmo Ribeiro Silva bem demonstra pela sua história de trabalho em prol da justiça e, especialmente, da Defensoria Pública. Parabéns! Nós nos unimos a V. Exa. neste momento.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Muito obrigado. Encerro meu pronunciamento destacando o papel importante da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais, que reúne, como sempre reuniu, o sentimento maior dos Defensores, sendo porta-voz das ações maiores da nossa

Defensoria Pública. Parabenizo todos aqueles que fazem da Defensoria Pública um verdadeiro sacerdócio, essa estrela de primeira grandeza no Estado de Minas Gerais. Vale a pena ser Defensor em Minas.

Com certeza, esta Assembleia, na sua caminhada, ainda irá festejar, brilhantemente, o resgate maior dos valores da nossa Defensoria Pública. Peço a todas as Defensoras, a todos os Defensores do meu Estado, de todas as comarcas, a todos àqueles que já estão cansados, com cabelos brancos, que não se esqueçam de que jamais nos curvaremos, isto é, buscaremos, de maneira incansável, ações maiores para o resgate e valorização dessa extraordinária manifestação do dia de hoje, dessa extraordinária caminhada da Defensoria Pública de Minas Gerais. Parabéns a todos!

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Chico Uejo* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, senhoras e senhores, caros amigos e companheiros, antes de tratar do assunto que me trouxe a esta tribuna, gostaria, como fizeram os meus antecessores, de cumprimentar e parabenizar todos os Defensores Públicos de nosso Estado, por meio da Associação Nacional dos Defensores Públicos.

Esta Casa tem uma frente parlamentar da Defensoria Pública, proposta pela nossa querida Deputada Rosângela Reis. Tenham a certeza de que os senhores têm, nesta Casa, o empenho e a dedicação dos Deputados, na busca de melhorias para essa grande instituição, a Defensoria Pública.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna é a preocupação com as associações cooperativas sindicais. Está preceituado e instituído na Constituição da República, no capítulo dedicado aos direitos fundamentais e sociais, o direito à associação e o direito à sindicalização. É com certa preocupação que venho percebendo, ao longo de processos eleitorais e de atividades de associações e sindicatos, uma certa partidização de algumas dessas entidades, o que, em geral, se deve à atuação daqueles que as integram momentaneamente. Em relação a essa preocupação realizei uma reflexão, a qual passa a ser agora objeto de meu pronunciamento.

O Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba - Padap -, que tomou São Gotardo como cidade-sede, é um exemplo de políticas públicas adequadas, aplicadas a um grupo social altamente vocacionado para a agricultura em uma região apta a essa atividade. Esse Programa reúne ingredientes que, somados à vontade, à dedicação e ao trabalho do nosso povo, provocaram um grande salto de desenvolvimento e uma profunda transformação política, econômica e social de todo o Alto Paranaíba. Esse projeto não apenas serve de exemplo como uma das mais bem sucedidas experiências de reforma agrária, mas também tem o mérito de ter contribuído, de forma significativa, para o desenvolvimento de grande parte da tecnologia de produção de alimentos no cerrado, o que permitiu a expansão agrícola brasileira.

Mais que ninguém, temos a obrigação de saber que a política não é apenas importante para a agricultura, mas também indispensável. E não se trata de ter fé nisso, é uma constatação: o Padap existe pela vontade política de homens públicos que tiveram essa visão e a coragem para implementá-lo. É claro que os produtores e o nosso povo têm o mérito de fazê-lo progredir, mas foi a vontade política a mola propulsora desse processo. Além, é claro, do fato de emanarem da política todas as leis que regulam a atividade agropecuária. Desde o simples e primário direito de propriedade até os complexos regulamentos tributários e ambientais dependem da atividade política, que antecede o processo legislativo propriamente dito.

Feitas essas primeiras considerações, faz-se mister a compreensão de que agricultura e política são temas indissociáveis. Assim, não dá para imaginar avanços e desenvolvimento na agropecuária sem representação política comprometida com o setor, o que só se alcança por meio da articulação de produtores e trabalhadores da agropecuária. Aí está a importância dos sindicatos - responsáveis e representativos -, além de associações e cooperativas. São essas as instituições responsáveis pela ligação entre o setor produtivo agropecuário e o poder público. Cabe a essas instituições a responsabilidade de perceber os problemas e desafios do setor e buscar, junto ao poder público, a solução para os entraves da agropecuária.

Percebam que a ação das instituições que representam a agropecuária deve ser política, e não partidária. Nesse ponto é que se cometem os grandes pecados. Quando se utiliza do tema agricultura para a autopromoção ou, pior ainda, se utiliza das instituições representativas da agropecuária para promoção de uma pessoa ou um grupo, presta-se um grande desfavor à agropecuária. É absurda e danosa para a agropecuária a ideia de que determinado sindicato, associação ou cooperativa apoie líder A ou B, Deputado A ou B. Cabe a essas instituições buscar, junto aos líderes regionais, o apoio necessário para a resolução dos problemas do setor, mas não eleger um ou outro de seus representantes oficiais. No caso do Alto Paranaíba, acredito ser até dever moral de todos os representantes da região a defesa de nossa principal atividade econômica.

Não há dúvida de que os grandes parceiros e catalisadores do processo de desenvolvimento da agropecuária são os Deputados Estaduais e Federais. E não há conflito moral em buscar neles a força necessária para seus pleitos, desde que não se use a instituição para promover partido ou Deputado específico, por questões éticas óbvias e por consequências práticas mais óbvias ainda.

A partidização do tema e das instituições cria naturalmente uma antipatia política do lado oposto. Será que queremos avançar ou ter interlocução com os respectivos governos apenas quando nosso representante X estiver no poder?

Mais sábia é a decisão de instituições da agropecuária, que mobilizam, em seus eventos e lutas, todos os Deputados e lideranças que conseguem, sem nenhuma distinção. Foi essa reunião de esforços de Deputados, Secretários, Governadores e lideranças do setor agrícola que conseguiu, por exemplo, renovar a taxa "antidumping" para a importação de alho chinês e que mudou a resolução que proibia o transporte de trabalhadores rurais em ônibus com mais de 25 anos. Foi assim que fizemos, na audiência pública realizada em São Gotardo, no ano de 2007, e em tantas outras audiências da Comissão de Política Agropecuária, quando reunimos e convidamos todas as entidades e lideranças representativas do setor, além de políticos das mais variadas colorações partidárias, sem nenhuma distinção. Foram muitas as conquistas reais dessas audiências.

Tenta-se monopolizar o problema! Quando se reúnem esforços para superar um desafio, o fardo fica mais leve, os resultados vêm mais facilmente.

É claro que, por natureza e mérito, o empenho, o conhecimento e o prestígio de alguns os destacam, e é aí que o produtor rural e eleitor vê quem merece o seu voto e o seu reconhecimento. A escolha partidária e eleitoral é uma questão de foro íntimo do cidadão, e não de compromisso e deliberação institucional dos sindicatos, das cooperativas e das associações da agropecuária. Muito obrigado, Presidente.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Rosângela Reis - Caríssimo Presidente, Deputado Weliton Prado, que tem conduzido os trabalhos desta Casa com muita competência; demais companheiros Deputados e Deputadas da Casa, especialmente os coordenadores e integrantes da Frente Parlamentar em

Defesa da Defensoria Pública e aqueles que têm apoiado de maneira geral, com muita sensibilidade e entusiasmo, a Defensoria Pública do Estado, entre os quais os Deputados Ademir Lucas e Dalmo Ribeiro Silva, que têm trabalhado anos a fio em prol de melhorias na estrutura da Defensoria.

Nesta data especial, em que comemoramos o Dia Nacional em Defesa da Defensoria Pública, quero parabenizar todos os Defensores na pessoa do Defensor-Geral, Dr. Belmar Azze Ramos, e do Presidente da Associação dos Defensores Públicos, Dr. Felipe Soledade, pela bela função que exercem, pelo bem que propagam e pelas positivas transformações sociais que provocam. Tenho constatado pessoalmente que a Defensoria Pública do Estado conta, hoje, com profissionais de grande conhecimento, competentes e, sobretudo, interessados no bem-estar social.

Pela manhã, estive com a Deputada Maria Lúcia Mendonça, na Praça da Estação, verificando um trabalho social da Defensoria, pelo qual orientavam e atendiam as pessoas, honrando o compromisso assumido nesta Casa, no último dia 24 de março - data em que foi instalada a Frente Parlamentar -, de lutarmos pela valorização e pelo fortalecimento do importante trabalho desempenhado pela Defensoria Pública.

Desde o início de nosso mandato como Deputada Estadual, estive em contato permanente com a Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais, na pessoa do seu ex-Presidente, Dr. Eduardo Generoso, e com a Defensoria Pública, tendo assim a oportunidade de conhecer as dificuldades enfrentadas pelo órgão para cumprir a imprescindível missão de melhorar o acesso dos cidadãos carentes à Justiça. Questões salariais, de orçamento e autonomia têm contribuído para a baixa presença de Defensores nas comarcas mineiras e feito com que o órgão dependa muito do apoio das Prefeituras Municipais, para garantir o espaço e a estrutura para realizar o seu trabalho.

Nos últimos 14 anos, foram realizados cinco concursos da categoria, sendo empossados 839 Defensores, mas, segundo levantamentos da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais, de 1995 até este ano, 449 profissionais pediram exoneração, o que representa 53,51%. Esse número significa que, a cada 12 dias, um Defensor deixou o cargo. A lei prevê 1.200 Defensores para o Estado, mas Minas conta com apenas 469, o que resulta em um profissional para cada 41.095 habitantes, com um déficit de 731 Defensores. A campanha deflagrada este ano pela Associação Nacional dos Defensores Públicos defende a contratação de mais Defensores pelos Estados, e tem como "slogan": "Defensor Público para quem precisa, justiça para todos".

Vale lembrar o quanto a população brasileira necessita do trabalho desses profissionais. Mesmo nas regiões com alto IDH, até 85% da população chegam a receber até 3 salários mínimos. Junto aos desempregados, essa é a faixa de público, por excelência, atendida pelos Defensores, sob a responsabilidade dos quais ficam em média 90% dos processos criminais. A Defensoria Pública é o mais importante instrumento de busca da igualdade jurídica e de inclusão social de que o Estado dispõe e precisa estar presente e bem estruturada em todos os grotões de terra mineira, onde haja uma significativa população e, portanto, já tenha uma comarca instalada.

Visando contribuir para que isso se torne uma realidade em nosso Estado, propusemos a criação da Frente Parlamentar de Apoio à Defensoria Pública, acatada pela maioria dos Deputados desta Casa, e passamos a estimular o mesmo movimento no interior de Minas, por meio das Câmaras Municipais. No último dia 7, promovemos um encontro de Prefeitos e Vereadores dos Municípios do Vale do Aço com o Defensor Público-Geral Belmar Azze Ramos, oportunidade em que os representantes da população puderam expor as necessidades nessa área em seus Municípios e se informaram sobre os caminhos que podem contribuir para que os serviços da Defensoria cheguem às diversas comarcas e possam ser prestados com qualidade. No dia seguinte, participei de um acordo feito entre o Prefeito em exercício de Ipatinga, Robson Gomes, e o Defensor Público-Geral, de forma a garantir que a Defensoria venha a ter uma sede regional nesse Município. E no dia 14, a Câmara Municipal de Ipatinga instalou, por iniciativa do companheiro de partido Vereador Roberto Carlos Muniz e aprovada por unanimidade, a Frente Parlamentar Municipal de Apoio à Defensoria Pública. A mesma proposta está sendo apresentada hoje na Câmara Municipal de Uberlândia. Mas, além do provimento de cargos de Defensores Públicos e de uma infraestrutura suficiente para garantir a prestação dos serviços, é preciso lutar para que os núcleos especializados da Defensoria Pública, como os de Defesa da Mulher em Situação de Violência, de Proteção ao Idoso, de Defesa dos Direitos Humanos e dos Direitos do Consumidor, cheguem às diversas regiões do Estado.

Este mês, foram inauguradas em Betim e em Contagem unidades do Núcleo de Defesa das Mulheres em Situação de Violência. O Nudem foi criado em 2005, em Belo Horizonte, e hoje já está instalado em nove cidades mineiras. Ele presta atendimento jurídico, social e psicológico às mulheres, que, na maioria das vezes, são encaminhadas pelas Delegacias especializadas. Outro serviço importante prestado é o encaminhamento dessas mulheres ao mercado de trabalho e a cursos de capacitação profissional. São passos importantes para valorizar e fortalecer os instrumentos de democratização do acesso à Justiça, para que eles possam atuar com eficiência e qualidade. E a Frente Parlamentar de Apoio à Defensoria Pública da Assembleia Legislativa certamente continuará dando sua contribuição.

Convido os para, junto a todos os Deputados, buscarmos os esforços necessários para que possamos fazer valer esse trabalho grandioso que já há no Estado de Minas Gerais e em outros Estados. Reconhecemos que muitos avanços já foram alcançados, porém é preciso avançarmos muito mais. Há várias comarcas descobertas, sem Defensor Público; várias Defensorias estão fechando, e não podemos deixar esse órgão agonizando. Precisamos realmente, com a sensibilidade que esta Casa tem, reconhecida também pelos Defensores Públicos, fazer com que haja, no orçamento, mais recursos para a Defensoria Pública. Que consigamos dar mais estrutura ao órgão nos Municípios, porque a Defensoria, muitas vezes, acaba ficando sem espaço para fazer um trabalho de melhor qualidade. Havendo estrutura apropriada, ela atenderá muito mais pessoas.

Como eu disse, não queremos ver as cadeias cheias. As pessoas estão lá estão cumprindo suas penas de acordo com os crimes que cometeram na sociedade. Elas precisam, merecem e têm como direito dispor dessa justiça gratuita; caso contrário, isso sairá muito mais caro para o Estado. Sabemos que há esse outro lado da moeda. O Estado gasta R\$2.300,00 mensalmente com cada preso na cadeia.

Então, queremos fazer justiça aos Defensores Públicos. Desejamos que eles realizem um trabalho cada vez melhor, com mais qualidade. Parabéns a todos os Defensores, que Deus os abençoe e lhes dê muita força e coragem. Enfrentem essa luta de cabeça erguida, com vigor, que o Estado de Minas Gerais e o País precisam de vocês. Precisamos de vocês. Que continuem fazendo esse trabalho na sociedade. O meu muito obrigada.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputada Rosângela Reis, quero parabenizá-la pela iniciativa de criar a Frente Parlamentar de Apoio à Defensoria Pública e pelo pronunciamento neste dia. V. Exa. já falou do Nudem, em Betim e Contagem. Estive presente na inauguração do Nudem de Betim, no dia 11 de maio próximo passado, que é um núcleo especializado na defesa das mulheres em situação de violência. Estava presente o Dr. Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral, que está aqui nos visitando hoje. Agradecemos-lhe a presença na nossa Casa. Com ele estão os Drs. Marcelo Tadeu, Corregedor-Geral, e Felipe Soledade, Presidente da Associação dos Defensores Públicos. V. Exa. bem disse sobre a importância do Defensor. Queremos que, de fato, seja ampliado o número de Defensores. Por exemplo, em Betim, que tem 430 mil habitantes, temos 1 Defensora e 2 Defensores. Agora, com a criação do núcleo, o trabalho aumentou, portanto esse núcleo é importante. Agradeço publicamente ao Dr. Belmar essa iniciativa de levá-lo para Betim e atender à reivindicação da própria sociedade. Quero contar - já conversamos com ele - que, em todas as cidades onde o número é aquém da necessidade, como em Betim, certamente obteremos, nesse próximo concurso, um número maior de Defensores, pois é uma profissão necessária e importante, que tem o papel social importantíssimo de assegurar que as pessoas sem poder aquisitivo tenham os seus direitos garantidos. Como V. Exa. disse, a questão penitenciária é muito séria e precisa realmente de um acompanhamento. Quantos detentos já cumpriram suas penas e estão lá porque não têm um advogado! Queremos, mais uma vez, cumprimentar todos os Defensores. Além disso, que Minas Gerais realmente tenha o seu quadro de Defensores cada vez mais valorizado e o trabalho deles cada vez mais reconhecido, pois o povo de Minas precisa da Defensoria Pública. Obrigada.

A Deputada Rosângela Reis - Deputada Maria Tereza Lara, essa é uma luta de todos os Deputados. Com a sua sensibilidade, V. Exa. sabe da importância que é um núcleo de defesa da mulher. Realmente precisamos que ele exista e que seja ampliado; que se realize concurso público, e que cheguemos ao número ideal de 1.200 Defensores distribuídos nas comarcas do nosso Estado. Muito obrigada.

A Deputada Maria Tereza Lara - Cumprimento o Deputado Weliton Prado, nosso companheiro, que preside esta reunião e, mais uma vez, todos os Deputados e as Deputadas presentes, os Defensores já mencionados aqui. Deputado Weliton Prado, gostaríamos de relatar, nesta tarde, o trabalho que foi realizado em Betim neste fim de semana, nos dias 14, 15 e 16 de maio, na Conferência Municipal de Segurança Pública. V. Exa. teve a oportunidade de acompanhá-la e de estar presente em algumas pré-conferências. Agradecemos-lhes a sua presença. Tivemos uma conferência extremamente participativa. Além das pré-conferências em todas as regionais, tivemos a presença de mais de 1.300 pessoas na conferência oficial, na conferência pública, na sua etapa municipal. Gostaríamos de lembrar a importância da participação popular exatamente quando o governo federal tem priorizado as conferências. São 52 conferências nacionais, com mais de 3 milhões de participantes nestes cinco anos. Gostaria de mencionar dentro dessa conferência dois itens que foram realmente priorizados no debate: a implantação das Apacs e a profissionalização dos detentos. Precisamos humanizar o trabalho de recuperação desses detentos, além disso é necessário valorizar os profissionais da área de segurança. Lembramos também dos Conseps, a população organizada que participa da segurança pública, pois hoje são muito importantes as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros, que participaram efetivamente na elaboração dessa conferência, para o combate da criminalidade. Porém, para prevenção, precisamos da participação popular, dos órgãos públicos e das três esferas do poder.

Então, em Betim, além das três esferas de poder, o municipal, o estadual e o federal, tivemos várias entidades, como a OAB, universidades, a Pastoral Carcerária, entre outras que organizaram essa conferência. Parabéns toda a comissão organizadora de Betim, o governo municipal, os representantes dos órgãos de outras esferas do poder que estiveram lá, mas, principalmente, as entidades que organizaram a conferência e o povo, que participou efetivamente e está trazendo para a conferência estadual, e depois para a nacional, propostas concretas e firmes para o estabelecimento de uma cultura da paz. Muito obrigada.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha na Casa do povo mineiro e pela TV Assembleia, inicialmente quero agradecer ao nobre Deputado Vanderlei Jangrossi, que compreendeu que neste momento sete comissões desta Casa estão realizando reunião e, além disso, há registro de número expressivo de Deputados neste Plenário. Por isso é importante darmos continuidade aos trabalhos, especialmente devido à data de hoje e à oportunidade que temos para fazer não apenas uma homenagem, mas também uma reflexão sobre a importância da Defensoria Pública no Estado de Direito, na vida democrática, na garantia das liberdades e principalmente da justiça para todos.

Saúdo todos os Defensores Públicos de Minas Gerais, na pessoa do Defensor-Geral, Belmar Azze Ramos, aqui presente. Estendo esse cumprimento ao Dr. Marcelo Tadeu de Oliveira, Corregedor-Geral do Estado, ao Dr. Felipe Augusto, Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais - Adep -, a dezenas de Defensores que se encontram nesta Casa e a meus amigos da Defensoria Pública de Divinópolis.

Ontem a servidora Sara Pará, que também dá muita atenção à causa, perguntou-nos sobre as ações do Legislativo em prol da Defensoria. Disse-lhe que essas ações sempre foram e sempre serão compromisso deste parlamentar. Comungo com o sentimento da grande maioria, talvez até unânime, desta Casa, dada a relevância do serviço da Defensoria Pública. Isso é muito claro para qualquer cidadão que se debruce sobre o tema.

Mas não posso deixar de, neste dia reservado a homenagear e reconhecer a importância da Defensoria Pública, homenagear esses profissionais e reconhecer sua luta, pois eles vêm, ao longo da nossa história democrática, trabalhando para que a Justiça seja acessível a todos. Mesmo em momentos extremamente difíceis, penosos, em que se sentem injustiçados e, muitas vezes, até incompreendidos, persistem em seu trabalho. É bem verdade que, principalmente nos últimos tempos, é elevado o número de profissionais que, mesmo tendo sido aprovados em um concurso público difícil, acabam enveredando para outra profissão, em virtude da diferença salarial em relação a outras categorias, apesar de terem a missão tão significativa de defender os que não podem pagar para terem acesso à Justiça. A diferença salarial é tão grande em relação a outros profissionais que labutam no mesmo campo do direito, que inevitavelmente muitos acabam desistindo. E aí aumenta nosso louvor, nosso reconhecimento àqueles que persistem, que acreditam, que lutam, que amam essa profissão e reconhecem nela, além de um labor, uma atividade profissional das mais dignas e relevantes, um verdadeiro sacerdócio, uma missão de vida. Portanto, inicialmente, profiro minhas palavras de homenagem e reconhecimento a essa categoria.

Não faz muito meu estilo; não sou homem de muitas formalidades, mas sempre busco respeitar, na íntegra, o Regimento Interno da Casa. Por isso não retirei a gravata, mas também não resisti e vesti a camisa da Defensoria Pública; todavia, não o fiz com o propósito de demonstrar que sou mais apaixonado pela causa que os demais colegas. Sei que não sou; aqui compartilhamos esse sentimento. Fiz isso para simbolizar que há de haver um compromisso sagrado e firme do Poder Legislativo com a Defensoria Pública, senão o Poder Legislativo já não estaria acreditando na democracia, já não estaria zelando pela preservação do estado de direito. O que seria da democracia e do estado de direito sem a garantia de justiça para todos? E como podemos pensar numa Justiça para todos, se, numa sociedade capitalista como a nossa, as disparidades sociais e econômicas são tão gritantes, que a grande maioria é literalmente excluída?

A Igreja Católica, mas também todas as crenças, de alguma forma alerta-nos para o grande caos que é a exclusão. Muitas vezes ficamos assombrados com os problemas na área da saúde. Lutamos e temos que continuar lutando pelo SUS. Em vez de alegarmos que o SUS ainda não atende a tudo que sonhamos - por isso ele é ruim -, temos de dizer que ainda não somos suficientemente bons e justos para fazermos com que o SUS, que é bom, que é um bom princípio, alcance todos, porque o princípio é o da inclusão, o da justiça e o do direito à saúde para todos. Por que me refiro ao SUS? Porque não temos como pensar em uma sociedade plena, se não tivermos acesso à Justiça, se não tivermos direito a ela. Cuidamos do corpo e do espírito, considerando-se a liberdade religiosa que possuímos - aqui temos um Estado laico, que não interfere na crença, na fé -, mas se não tivermos acesso à Justiça, não conseguiremos viver numa sociedade plena. E a Defensoria Pública é o SUS da democracia. A Defensoria Pública é o SUS dos mais pobres, que não podem pagar por uma assistência jurídica. A situação é tão terrível, que uma grande parte da nossa sociedade ainda nem sabe o que é Defensoria Pública. E, geralmente, não se valoriza o que não se conhece. Por que ainda não sabe? Por que a Defensoria é ruim!? Por que a Defensoria não é boa!? Não. Porque ainda não fomos bastante bons para levarmos a Defensoria a todos, para viabilizarmos a todos o acesso à Justiça. Quando me refiro ao acesso à Justiça, falo de situações comuns, como a de uma mulher que é espancada pelo companheiro ou pelo marido e não sabe como se defender ou a de alguém que busca direitos, desde os de natureza trabalhista até os direitos elementares, mas não consegue assegurá-los.

Alguém que, mesmo quando acusado pelo Estado ou por quem quer que seja, ainda que tenha cometido um delito, por estar em um Estado de Direito, precisa ter o seu direito de defesa. Então nos deparamos com duas situações gritantes, que são o objeto dessa minha reflexão. Por um lado, o cidadão mais pobre precisa do direito à defesa. Isso é elementar. Agora acho que fica fácil para todos compreenderem a importância da Defensoria. No Estado de Direito, em que a Justiça decidirá o destino das pessoas, o cidadão precisa de um advogado para ter acesso a ela, para acioná-la. Esse advogado, esse médico da Justiça é o Defensor. É obrigação constitucional do Estado colocar esse profissional à disposição de quem não pode pagar, que é a grande maioria do nosso povo.

Pois bem. Admitamos que, mesmo com toda essa sobrecarga absurda, da Defensoria Pública o cidadão tenha conseguido ter acesso a um Defensor, lá em Divinópolis, por exemplo, e vai enfrentar uma ação. Digamos que esteja sendo acusado de um crime, que ele entende não ser justa a forma como é feita a acusação e que alguns direitos não lhe estão sendo garantidos. De um lado, o Estado dispõe do Promotor Público, que também exerce um papel fundamental no Estado de Direito, pois é o guardião do cumprimento de todas as leis, do respeito a tudo que é público. Ele desempenha, com muita frequência, o papel de acusador. Para ser o magistrado da causa, para decidir, está lá o Juiz,

representante da Justiça, do qual se espera imparcialidade e um pleno conhecimento da matéria. Do outro lado, está o Defensor. Assim, para assistir o cidadão, temos o Defensor; representando o Estado, temos o acusador; por fim, temos o Juiz, para avaliar a causa. É bom que o Juiz conte com boa estrutura e condições de trabalho adequadas, tenha uma remuneração justa, disponha de uma assessoria que lhe dê suporte, a fim de tomar a decisão mais adequada. O acusador, o Promotor Público, dispõe de uma estrutura que hoje conhecemos, respeitamos e entendemos que é bom que seja como é, além de ter uma boa remuneração; com muita frequência, é o representante do Estado, exercendo o papel de acusador. Por fim, temos o Defensor, que, além de ganhar um salário quatro ou cinco vezes menor que os de seus pares para labutar numa mesma matéria - que requer o mesmo conhecimento, o mesmo preparo, a mesma obstinação -, até o xerox do documento para defender o seu cliente, por assim dizer, tem de pagar do seu próprio bolso. Vai defender o mais pobre, mas, na maioria das vezes, não dispõe de estrutura nenhuma. Essa é uma realidade. Isso quando há o Defensor no Município. Das mais de 370 comarcas do Estado, não temos Defensoria nem na metade, nem em 50%. A grande maioria das comarcas do nosso Estado sequer possui um Defensor, do qual o mais pobre possa valer-se.

Quando pinto esse cenário, pode, às vezes, parecer que estamos vivendo o caos e o abandono. Não é assim. Façamos justiça, uma vez que estamos falando de uma questão eminentemente ligada à Justiça. Em 2003, quando cheguei a esta Casa, o cenário era bem pior.

Houve avanços, e é preciso termos a capacidade de reconhecê-los, até para que possamos manter a nossa união e a compreensão de que a Defensoria é fundamental no Estado de Direito. É preciso mantermos um canal de diálogo, como já temos hoje por meio do Dr. Belmar, que é um homem que goza da confiança dos seus pares e tem um diálogo sincero, franco e respeitoso com o governo do Estado. Mas é preciso reconhecer: quando aqui chegamos, o orçamento da Defensoria, se não me falha a memória, entre o ano de 2002 e o ano de 2003, não chegava a R\$40.000.000,00; era menos do que isso. E esse orçamento ainda padecia de uma série de outros vícios, pois a própria estrutura administrativa da Defensoria Pública era um mero apêndice do Poder Executivo, com um grau de independência nulo. Em 2003, surgiu a Lei Orgânica da Defensoria Pública. A era Aécio Neves começou com um passo decisivo. A Lei Orgânica da Defensoria Pública é um marco na história da Defensoria em Minas Gerais e é um marco inegável. Não se pode analisar o cenário ignorando os avanços, sob pena de não termos capacidade e forças para seguir em frente. Desses míseros trinta e poucos milhões, chegamos à casa, no ano passado, de cento e trinta e poucos milhões, um crescimento muito expressivo, mas aquém do que precisamos. Para este ano, estou extremamente apreensivo, porque não podemos ter retrocesso, e seguramente o orçamento da Defensoria deverá ser, no mínimo, o do ano passado acrescido de algumas demandas que, embora relativamente singelas, pequenas, podem causar uma repercussão fantástica. Cito um exemplo: já levei ao Dr. Belmar a reivindicação para que possamos ter em Divinópolis a instalação de uma unidade, de um centro de defesa da mulher. Esse sistema é muito simples, mas possui enorme capacidade de resultado e com um custo relativamente pequeno.

Concluo, Sr. Presidente, para que eu possa ter o prazer de ouvir o nobre Deputado Getúlio Neiva. Mais um pouco, e muito mais será feito. Portanto, em primeiro lugar, constatamos a importância da Defensoria Pública. É algo sobre o qual não pode haver polêmica, que não tem partido político. Isso é a defesa da democracia, da liberdade e da justiça, a constatação de que essa Defensoria tem de ser fortalecida e independente, o reconhecimento de que o governo Aécio Neves deu uma contribuição significativa. Houve muitos avanços, mas temos de ter, acima de tudo, a compreensão de que ainda não chegamos a um patamar mínimo de condições adequadas de trabalho. Precisamos de mais Defensores, de concurso. E isso não é despesa, é investimento na Justiça. É um pouco mais, e esse um pouco mais dará muito a toda a sociedade. Imaginem uma sociedade em que cada cidadão possa dizer que vive em um país, em uma cidade em que os seus direitos são respeitados e, caso não o sejam, ele tem quem o defenda, mesmo sendo o mais pobre dos cidadãos. É esse o país com o qual sonhamos. Isso custa dinheiro e esse dinheiro não é jogado fora. O pouco que se economizar neste país com a corrupção dará aos mais pobres o acesso à Justiça.

Como temos de lutar pela saúde do corpo, pela saúde do espírito e pela liberdade religiosa, temos também de lutar pela saúde da democracia, e a saúde da democracia pressupõe uma Assembleia livre, que tem de ser parceira tanto do Ministério Público como da Defensoria Pública, com absoluta independência, mas querendo que esses Poderes - e os chamo de Poderes - sejam de fato plenos, autônomos e cumpram sua missão de guardiões e defensores da justiça. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Weliton Prado, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, também, em nome da Bloco PT-PCdoB, não poderia deixar de externar nossa solidariedade neste importante dia, 19 de maio, Dia do Defensor Público. A defesa da Defensoria Pública é acima de tudo a defesa do Estado Democrático de Direito. É fundamental que essa importante instituição avance no Estado de Minas Gerais para que tenhamos servidores públicos - Defensores Públicos - que prestem assistência judiciária adequada ao Estado. Ainda agora temos uma comissão especial funcionando nesta Casa, a Comissão Especial da Execução das Penas, em que se constata - e é uma situação que preocupa todo o Brasil - a situação de desamparo de vários daqueles que se encontram em nossos presídios com sua pena cumprida. Já pagaram pelo seu erro e ainda se encontram trancafiados. Isso é uma verdadeira afronta à Constituição da República, por falta de profissionais que prestem essa assistência jurídica. Pelo interior do Estado afora há também vários trabalhadores em situação de risco, em situação de violência contra os direitos básicos da cidadania e que, muitas vezes, não têm como ser socorridos, por ausência dessa prestação de serviço que é obrigação, sem dúvida, do Estado de Minas Gerais.

O que é preciso salientar é que serviços públicos essenciais, como o da Defensoria Pública, pressupõem a presença forte do poder público, do Estado. No entanto, nem sempre a visão que prevalece é a da presença do Estado. Dentro de uma concepção de redução de custo, de déficit zero, de choque de gestão, às vezes essas atividades essenciais não têm a devida valorização.

Somente para entendermos como a situação se encontra - isso é fruto dessa concepção que prevalece em Minas Gerais nos últimos seis anos, ou seja, de 2002 a 2008 -, a receita corrente líquida do Estado teve crescimento de 133%, mas, por outro lado, as despesas com pessoal - e aí se incluem o Defensor Público, o Agente Penitenciário, o Professor, o Médico - tiveram redução de 15,91%. O Estado aumentou sua arrecadação, mas esse aumento não implicou mais trabalhadores, mais Defensores, nem melhores salários para essa categoria. Em 2002 o Estado de Minas Gerais comprometia 61,67% de sua receita com servidores públicos. Ao final de 2008, o comprometimento era de 45,76%, enquanto a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o Executivo pode comprometer até 49% da receita corrente líquida. Minas tem feito o enxugamento da máquina e com isso enxuga justamente aqueles serviços essenciais que devem ser prestados à população do Estado. Daí a razão pela qual muitos Municípios de Minas precisam de um Defensor Público e não o encontram, ou, às vezes, precisam de um Professor bem remunerado e também não o encontram.

Fica aqui o registro da defesa dessa importante categoria que são os Defensores Públicos. Quero cumprimentar a todos, por intermédio da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais, na pessoa do Sr. Presidente, o Dr. Felipe Augusto Cardoso Soledade. A Bancada do PCdoB está aqui atenta a qualquer projeto que possa valorizar essa importante instituição, que é a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, venho à tribuna para fazer uma homenagem e um registro. Na sexta-feira, dia 15 de maio, após longo dia de trabalho no Plenário desta Assembleia Legislativa, encerramos o fórum por meio do qual se ouviu a opinião da sociedade mineira sobre o Plano Decenal de Educação. A plenária final foi na sexta-feira, durante todo o dia. Foi feito um belíssimo trabalho, quando as entidades reafirmaram compromissos com a educação pública, gratuita e de qualidade, com a valorização do professor, com a Uemg e com a Unimontes. Além disso, reafirmaram a necessidade de melhoria nos investimentos públicos. Precisa haver mais investimentos para a educação de Minas Gerais.

Após o encerramento do fórum, tive a oportunidade e a felicidade de ir até a cidade de Ouro Preto, para participar de importante evento: os 65 anos da Escola Técnica Federal de Ouro Preto, hoje com a denominação de Instituto Federal Minas Gerais, câmpus Ouro Preto, que é o IF Ouro Preto. Essa instituição pública de ensino, essa instituição profissionalizante completou seus 65 anos de existência. Estivemos nesse Município, onde estava também nosso Reitor Caio Mário Bueno Silva, a quem externamos nossa felicitação. O Reitor Caio Mário, recentemente, assumiu a

Reitoria do IF Minas Gerais, que é responsável não só pelo câmpus de Ouro Preto, mas também por diversos outros no interior do Estado, como o da nossa querida São João Evangelista, que também se transformou. A escola agrotécnica de lá agora faz parte do IF Minas Gerais. Cumprimos, ainda, o Diretor-Geral do IF Ouro Preto, Prof. Artur Versiani Machado.

A solenidade, que teve a oportunidade de homenagear aqueles que ali se formaram há 50 e há 25 anos, muito me impressionou porque algumas lições, Deputado Getúlio Neiva, vêm à nossa mente. A tradição da escola pública de Ouro Preto é secular. A primeira instituição que deu origem à escola técnica começou a funcionar em 1909, com o governo Nilo Peçanha, que criou, à época, a Escola de Artes e Ofícios. Posteriormente, em 1937, a instituição foi transformada em Liceu Industrial. Já no governo Getúlio Vargas, em 1942, ampliou-se a oferta de formação técnica, ganhando o local o nome de Escola Técnica Industrial, para, em 1944, ser propriamente instalada a Escola Técnica Federal de Ouro Preto, por meio de seu fundador, o grande Pe. José Pedro Mendes Barros, defensor da escola pública. Esse professor de Língua Portuguesa, de análise sintática, muito contribuiu para a instituição da escola pública. A Escola Técnica Federal, em 2002, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica - Cefet -, nome mais conhecido até hoje. Agora, recentemente, as escolas técnicas foram transformadas em institutos federais, que são os IFs. No nosso caso, o IF Minas Gerais.

Registre-se que o Presidente Lula criou mais escolas técnicas federais que todos os demais Presidentes da República juntos. Isso mostra o compromisso que tem nosso Presidente para com o ensino profissionalizante.

A primeira lição que tirei desse evento em Ouro Preto foi a de que o Brasil, em 1944, quando criada a Escola Técnica Federal de Ouro Preto, não tinha a pujança econômica que temos hoje, não tinha o perfil industrial que o Brasil tem hoje, não tinha a arrecadação de hoje.

Fico imaginando, Deputado Getúlio Neiva, se, naquela época, o Presidente Getúlio Vargas tivesse o mesmo pensamento, por exemplo, do atual Vice-Governador de Minas Gerais, Dr. Antonio Augusto Anastasia. Digo isso porque o Dr. Anastasia, no seminário sobre a crise no Expominas, expressou exatamente isso. Aliás, consta no "site" da Assembleia a visão de que o Estado levaria muito tempo para criar, hoje, uma escola técnica profissionalizante, além de ser muito dispendioso. O nosso Vice-Governador alegou que existem mecanismos mais eficientes para a criação da escola técnica, como é o caso das parcerias público-privadas para a compra de vagas nas instituições particulares, o chamado Programa de Educação Profissional. Compram-se as 140 mil vagas, e não se cria a escola técnica do Estado.

Imaginem, Deputados Getúlio Neiva e Weliton Prado, se o Presidente Getúlio Vargas, em 1944, tivesse o mesmo pensamento de que a criação de escolas técnicas é muito cara e demorada e que a saída para o problema seria arranjar um caminho mais rápido. Se isso tivesse acontecido, hoje não teríamos este patrimônio importante da escola pública brasileira que são os Cefets e os institutos federais - IFs.

Volto de Ouro Preto com esta convicção: o poder público não pode titubear, e sim investir na educação e na escola técnica profissionalizante. No Brasil, os Cefets e os IFs só existem hoje porque, na época do nacional-desenvolvimentismo, tivemos a visão de que era importante investir na formação profissional dos nossos jovens. Essa é a lição que aprendemos, tanto com o Pe. Mendes Barros quanto com Nilo Peçanha e com Getúlio Vargas, de defesa da escola pública e do ensino técnico profissionalizante. E hoje, em pleno séc. XXI, é triste vermos que o Vice-Governador do Estado ainda não está convencido de que Minas Gerais precisa mesmo é de uma escola técnica, com orçamento e investimento próprio, nos mesmos moldes da criada por Getúlio Vargas, em 1944, ao invés de ficar comprando vagas no mercado e fazendo parcerias público-privadas para o Programa de Educação Profissional, com a compra de 140 mil vagas. Foi exatamente o contrário disso que Getúlio Vargas fez com a criação do Cefet de Ouro Preto.

Outra lição importante, Deputado Getúlio Neiva, é que o Reitor Caio Mário e o Diretor Artur Versiani levantaram um aspecto muito interessante, que é a prova concreta e objetiva de que políticas públicas acertadas e historicamente implementadas fazem a diferença. O Prof. Artur Versiani trouxe um dado importante, já que lá, em Ouro Preto, a presença dos alunos oriundos da escola pública, tanto no nível técnico quanto no superior, já é maior que a presença dos alunos das escolas particulares. A presença do afro-brasileiro dentro do Cefet e do IF também é bastante significativa. Isso mostra que, historicamente, o ensino de Ouro Preto valorizou a escola pública. Historicamente, o ensino público de Ouro Preto trouxe o afro-brasileiro para dentro da instituição, que está avançada.

Na história tradicional do ensino brasileiro ocorre o contrário: o aluno da escola pública foi excluído, e o afro-brasileiro impedido de estar lá dentro. Com a participação neste evento, fico convencido, cada dia mais, da importância da implementação das chamadas cotas sociais, com ênfase nas cotas para alunos de escolas públicas, para afro-brasileiros e para indígenas, a fim de que eles possam ocupar vagas nas escolas públicas brasileiras, tanto nos Cefets e IFs como nas universidades federais e do Estado. A importância das cotas sociais e raciais mostra que o Estado, por meio de uma política propositiva e positiva de diferenciação daqueles que, historicamente, foram excluídos, traz a oportunidade de corrigirmos uma injustiça social secular.

Porque, se o Brasil e Minas Gerais tivessem tido a mesma política que Ouro Preto teve, de manter os seus alunos dentro da escola pública, talvez hoje não precisássemos falar em cota. Mas hoje é necessário, é urgente, é fundamental a aprovação das cotas sociais para corrigirmos um erro histórico, uma dívida histórica do Brasil para com os nossos trabalhadores, para com o povo afro-brasileiro, que construiu este Brasil. Então, que as cotas sociais e as cotas raciais sejam implementadas, sim, para que possamos corrigir essa distorção.

Fica aqui o nosso registro. Quero parabenizar todos os professores, os servidores, os alunos e especialmente toda a comunidade de Ouro Preto, pelo importante patrimônio educacional que eles têm. É um exemplo para Minas Gerais, para o Brasil e para o mundo. Parabéns ao Instituto Federal de Minas Gerais, o antigo Cefet, antiga Escola Técnica Federal de Ouro Preto, que completou 65 anos de existência, formando para a cidadania, para o mercado e para o desenvolvimento econômico e social deste país.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Inicialmente, Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Deputado Carlin Moura pelo seu brilhante pronunciamento, uma lembrança muito boa de defesa do ensino público em Minas e no Brasil, com o exemplo de Ouro Preto. Gostaria de lembrar também o pronunciamento feito pelo Deputado Domingos Sávio, de defesa bastante substancial da necessidade de ampliação da Defensoria Pública em nosso Estado. Diria até que, nesse caso, além de buscar a ampliação, precisamos, no mínimo, para funcionar direito, de 1.200 Defensores Públicos no Estado. Hoje temos pouco mais de 400, mas é preciso também reduzir ou eliminar algumas injustiças que estão sendo praticadas. Foi um problema até judicial, dentro da Defensoria Pública, o daquelas pessoas que, ao longo dos anos, dedicaram a sua vida - são pouco mais de 60 pessoas - e estão com seus salários reduzidos em relação àquilo que foi aprovado por esta Assembleia em 2008. O salário de R\$6.500,00 para o Defensor Público ainda é muito pequeno. Há casos de pessoas que exerceram suas atividades durante anos e anos, e até tivemos a infelicidade de alguns já terem morrido, sem terem seus direitos reconhecidos.

É preciso que façamos, nesta Casa, uma moção para que a Defensoria Pública, com base nas decisões judiciais recentes, não recorra dessas decisões e faça valer os salários iguais para quem trabalha igual. É importante demais falar nisso. Se defendemos a Defensoria Pública, se adotamos, como democratas que somos, a posição de que tanto o Ministério Público quanto a Defensoria Pública precisam de suporte, diria que a Defensoria Pública hoje tem sido menosprezada pelos governos. E é preciso que Minas Gerais entenda a necessidade de que os pobres, os mais carentes, tenham, de fato, um apoio não apenas na existência da Defensoria Pública, mas na ampliação do número de Defensores, para que tenhamos realmente justiça para todos.

Gostaria de fazer remissão também, Sr. Presidente, a um fato curioso: queixamo-nos, lamentamo-nos muito da lentidão da Justiça. Vemos aqui alguns exemplos interessantíssimos, vemos o problema do INSS, das pessoas recorrerem. Hoje o volume de serviço delegado à Justiça comum pelo INSS tem criado sérios problemas para o Brasil. Vejam que, somente em 2008, há mais de 300 mil processos, porque, nas cidades mineiras de grande porte, inexistem varas que possam cuidar dos assuntos que se arrastam há dezenas de anos. É um comentário que fazemos, mas gostaríamos, ao mesmo tempo, de ressaltar um caso específico da Justiça de primeira instância na Comarca de Malacacheta. Pedi que se fizesse um levantamento em minha região, em função da expansão que teremos em Teófilo Otôni, que transformamos em entrância especial e onde criamos mais três varas, e, após esse levantamento, sinto necessidade de fazer uma menção bastante empolgada ao Juiz Thiago Colnago Cabral, de Malacacheta: não consta ali nenhum processo pendente de apreciação. De 25/6/2007 a 31/3/2009, o Dr. Thiago Colnago Cabral proferiu 2.538 sentenças e 13.912 despachos e decisões; realizou 2.642 audiências, 26 sessões no Tribunal de Júri e 72 leilões. É um exemplo, para Minas e para o Brasil, o trabalho desse Juiz do interior, que nos faz acreditar, a cada dia mais, na Justiça brasileira: é possível, sim, melhorar seu desempenho.

Mas quero passar a outro assunto, que também é muito importante. Em 2007, quando aportei na Assembleia de Minas, falei exaustivamente da necessidade de uma estrada de ferro na região do Nordeste mineiro. Essa estrada era necessária para dar suporte ao desenvolvimento mineral, pela existência abundante de minério de ferro desde Jenipapo de Minas até Rio Pardo, Porteirinha e Monte Azul - uma área enorme, que, com mais de 11 pesquisas já registradas de minério de ferro, continua sem exploração por falta de um meio de transporte mais adequado, que naturalmente seria a estrada de ferro.

Mas veja, Sr. Presidente, que hoje estamos em uma situação interessante. Fui assessor na Gasmig por algum tempo, e desde então já discutíamos ali a necessidade da exploração do gás natural existente não só no Vale do São Francisco, mas também subindo até Tuparecê, Distrito de Medina, onde há uma ocorrência natural de gás: fura-se um buraco no chão, coloca-se ali um fósforo, e o fogo pega. Fato é que temos muito gás espalhado pelo Norte e pelo Nordeste de Minas Gerais, mas vejam a que situação chegamos, resistiu-se muito ao aproveitamento desse gás - era mais fácil importar da Bolívia ou aproveitar o gás descoberto com o petróleo; era muito mais fácil utilizar essas fontes do que pesquisar na área mais pobre de Minas Gerais a ocorrência de gás para abastecer o mercado e, sobretudo, para viabilizar a implantação de algumas indústrias daquela região. No relatório que se vê no "Estado de Minas", que traz quatro páginas a respeito desse assunto, diz-se o seguinte: "Ninguém mais duvida de que há tem gás natural - e muito - na região. A questão agora é saber exatamente onde ele está e qual sua vazão. Estudos indicam que a bacia do São Francisco, que abrange mais de 1.000.000m² entre Minas e os Estados no Nordeste, pode conter até 1.000.000.000.000m³ de gás. Só para ter ideia, o Brasil importa hoje cerca de 30 milhões, por dia, de metros cúbicos da Bolívia". Mas não será surpresa se surgirem novas ocorrências mineiras. A empresa Georadar, depois que se decidiu explorar o gás daquela região, está trabalhando ali com mais de 500 pessoas e já descobriu a ocorrência de estanho e de chumbo, além de fosfato, do calcário de Poté e do caulim de Padre Paraíso. Ou seja, estamos tendo agora a revelação do que já sabíamos desde criança. Nós, que moramos e passeamos por toda aquela região de Montes Claros, Taiobeiras, Salinas, Medina, Rio Pardo de Minas e Monte Azul, conhecemos a região e sabemos que as ocorrências do gás estão lá, assim como as ocorrências minerais.

E não despertamos; nossos governos estadual e federal não despertaram para a realidade daquela região, que só é pobre porque não se investiu em sua infraestrutura. Só é pobre porque não se olhou seu manancial e potencial fantástico, que é inexplorado. Temos milhões de toneladas de cristais de rocha que poderiam estar sendo trabalhados e exportados, mas descobriram que era mais fácil, para manter essas reservas guardadas, criar reservas biológicas e florestais em áreas onde não há essa necessidade, para garantir que esse minério de ferro não seja explorado.

Lembro-me muito bem de quando Aureliano Chaves era Ministro da República e tentou implantar naquela região algumas pequenas usinas de aproveitamento da biomassa, mas não conseguiu. O próprio Ministro não conseguiu implantar essas usinas, que seriam importantíssimas para nossa região. Não sei o que acontece, mas aquela região do Norte e do Nordeste de Minas tem sido colocada como reserva de subsolo, reserva de solo, sem dar às famílias que lá habitam as condições de explorar essas reservas.

Pela primeira vez na nossa história, estamos confirmando o que Monteiro Lobato disse em relação ao petróleo. Só Monteiro Lobato, escritor infantil e professor, falava que existia petróleo no Brasil; ninguém mais acreditava nisso nas décadas de 40 e 50, até a criação da Petrobras. Após a sua criação, começou-se a descobrir que o Brasil tinha petróleo, e hoje estamos prestes a nos tornar autossuficientes e integrar o bloco dos países exportadores de petróleo. Nossa estrutura de refino no Brasil não foi olhada com carinho, e lamentavelmente exportamos gasolina e importamos "diesel". A estrutura de refino não está adequada ao tipo de petróleo existente no Brasil. Agora novas reservas aparecem no nosso litoral, nas 200 milhas que lutamos tanto para implantar. Lembro-me bem da luta que tivemos de 1991 a 1994 para garantir as 200 milhas de soberania no litoral do Brasil, para que pudéssemos explorar petróleo, e hoje há petróleo suficiente. Se houver aceleração da exploração, seremos grandes exportadores de petróleo.

No caso específico do Norte e do Nordeste de Minas, temos a ocorrência de gases, estanho, chumbo, minério de ferro, calcário, caulim, sem exploração, porque não existe condição de transporte. Essa condição, pela qual lutamos tanto, não existe. Agora, mais ainda, com a Zona de Processamento de Exportação - ZPE - em Teófilo Otôni paralisada, não existe um movimento organizado no setor econômico de Minas Gerais e do Brasil para viabilizar esses empreendimentos e essas explorações, que poderiam até resultar na criação de uma aciaria dentro da ZPE de Teófilo Otôni para aproveitar todo o potencial de minério de ferro existente na região. Preocupamo-nos com isso. Na semana passada, vim aqui mostrar que estamos lutando pela ZPE de Teófilo Otôni desde 1983. Começamos a ter resultados em 1988. O Itamar nos deu um decreto em 1994, depois tudo voltou à estaca zero. Começamos de novo; o Lula autorizou, mas até agora o Presidente da República não assinou o decreto de alfandegamento da ZPE de Teófilo Otôni. Vem daí o meu apelo: é preciso que o governo federal entenda a necessidade dessa urgência. Já prometeram liberar a ZPE de Uberaba em junho, e sei como é o pessoal do Triângulo, afoito e agressivo. A Prefeitura de Uberaba já ofereceu R\$10.000.000,00 para implantação do distrito industrial da ZPE de Uberaba, já colocou 1.000.000m² de área, à margem de rodovia e ferrovia, disponível para a ZPE de Uberaba.

Se o governo do Estado não ajudar a região do Nordeste mineiro a resolver esse problema e o governo federal não se interessar em negociar a dívida com a ZPEX, empresa financiadora da nossa ZPE, haverá, naturalmente, a possibilidade de Uberaba passar à frente de Teófilo Otôni. A minha preocupação, Sr. Presidente, depois de conversar com o Governador e apresentar-lhe esse problema, é cobrar, semanalmente, uma solução no Plenário. A solução é complicada porque a ZPEX, desde 1994, também com investimentos do governo do Estado, implantou lá a área administrativa, toda arrumadinha e bonitinha. Estão lá, prontas, a alfândega e a área administrativa, bem como os portões de entrada e saída de mercadorias. Desde aquela oportunidade, agimos e realizamos o serviço necessário para que a ZPE funcionasse. Lamentavelmente, a empresa que coordena a ZPE - a ZPEX - está devendo R\$11.500.000,00 ao BDMG, ao BNDES e ao Banco do Brasil, mas tem um crédito com o governo federal de R\$20.000.000,00, porque este não cumpriu sua obrigação de apreciar os dois primeiros projetos apresentados na oportunidade, já para indústrias.

Estamos numa situação difícil, e é preciso que eu apele aos governos federal e estadual na busca de uma saída para a nossa ZPE. Faço isso embora eu tenha sido vítima da ZPE, Sr. Presidente, porque, na eleição passada, quando fui candidato a Prefeito, anunciaram que, até dezembro, teríamos 10 mil empregos diretos e 40 mil empregos indiretos, o que deu vitória à atual Prefeita. Foi esse o resultado da publicidade feita ano passado. Embora, de vez em quando, a mágoa bata no meu peito, não posso, como cidadão do Nordeste mineiro e de Teófilo Otôni, deixar de olhar o vasto universo que temos: o gás do Norte e do Nordeste de Minas, o minério de ferro, o estanho, o chumbo, o caulim e o calcário. Não posso deixar de vislumbrar, na ZPE de Teófilo Otôni, a oportunidade de podermos industrializar e preparar todos esses minerais na região, que tem a ZPE como porta para a exportação. Temos a oportunidade única de desamarrar o desenvolvimento do Nordeste mineiro e ampliar a ação da ZPE para o Norte de Minas. Temos como criar um novo porto para escoamento da produção na região do Sul da Bahia e do Norte do Espírito Santo. Então, Minas está perdendo um espaço fantástico. Os estudos que estão sendo feitos, a ligação entre a Secretaria de Estado e o governo federal, ainda muito lentos, não conseguem buscar a solução para esse caso.

Deixo aqui meu apelo público para que o governo do Estado acelere os entendimentos. Já conversei com o governo do Estado sobre esse assunto, na busca de uma solução para a dívida da ZPEX. Se isso não acontecer e se o governo federal não reconhecer a dívida de R\$20.000.000,00 com a ZPE de Teófilo Otôni, ou seja, se não houver uma negociação, uma solução, a ZPE de Uberaba passará à frente e começará a funcionar antes da ZPE de Teófilo Otôni.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eram essas as minhas considerações.

O Deputado Weliton Prado* - Quero saudar a todos e a todas. Primeiramente, gostaria de chamar a atenção de toda a população de Minas Gerais, mas de forma muito especial - muito mesmo -, dos 611 Municípios que são atendidos pela Copasa.

Chamamos a atenção da população dos 611 Municípios que são atendidos pela Copasa, dos Vereadores, dos Presidentes de Câmara, das associações e dos Prefeitos. Realmente é algo muito sério que está ocorrendo na Assembleia Legislativa em relação à tramitação do projeto que cria a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado. No nosso ponto de vista, da forma como está, prejudicará muito os Municípios. Por quê? Da forma como veio para esta Casa, o projeto não atende, de maneira alguma, à necessidade dos Municípios mineiros. É uma luta antiga. Apresentamos na Casa o nosso projeto para criar a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico, o qual foi anexado ao do Governador. Na verdade, o nosso projeto foi anexado, mas o teor do projeto enviado a esta Casa pelo governo do Estado é um verdadeiro absurdo, pois castra o direito dos Municípios e impõe a agência a todos esses 611 Municípios. Essa é uma questão realmente muito séria, Deputado Getúlio Neiva, e que nos faz lembrar o Ato Institucional nº 5. Certamente atitudes como essa nos fazem lembrar do AI-5, ato editado pelo regime militar, durante a ditadura militar, que castrava todos os direitos civis do povo, torturando e matando todos aqueles que se colocavam contra o governo. É a mesma coisa o projeto que está tramitando aqui, que castra todos os direitos dos Municípios e fere a Lei nº 11.445/2007.

Não aceitamos nem admitimos isso de maneira alguma, pois os Municípios têm autonomia, independência em relação ao saneamento básico. Quem são os verdadeiros titulares do saneamento básico no Estado? Os 853 Municípios do Estado. São 611 atendidos pela Copasa, que tem essa responsabilidade, e a grande maioria dos outros Municípios, uns duzentos e poucos, pelos departamentos municipais. Da maneira como está, o projeto não atende as necessidades dos Municípios. Por quê? Pela Lei nº 11.445, que trata da criação de uma agência reguladora de saneamento básico, para qualquer definição, para reajuste, tem de existir uma agência reguladora. Minas Gerais não a criou. Por isso já conseguimos três vitórias na Justiça. Como não concorda com elas, a Copasa recorre daqui e dali. Foi até ao STJ, mas perdeu. Se não tivesse perdido, hoje já haveria aumento no valor da conta de água e de esgoto, de aproximadamente 10%, a partir de março. Conseguimos impedir esse absurdo na Justiça, pois não há agência no Estado de Minas Gerais. Agora o Governador quer criar uma agência de qualquer jeito, à margem da legislação, ferindo a Constituição. Então envia um projeto de qualquer maneira a esta Casa, a fim de aprová-lo de qualquer jeito, com pedido de urgência para ser aprovado e para a Copasa aumentar o valor da conta de água e de esgoto.

Não aceitamos nem admitimos isso. Brigaremos até o fim e discutiremos com o conjunto da Bancada do PT e do PCdoB e dos demais parlamentares desta Casa. O Promotor Antônio Baêta, que tem uma contribuição muito importante em relação à tramitação do projeto nesta Casa, está estudando e acompanhando de perto esse caso há bastante tempo. Da maneira como está, os Municípios serão prejudicados porque, se a atuação deles se resume apenas ao abastecimento de água e ao serviço de esgoto sanitário, eles terão de criar outra agência. Da maneira como está aqui, o governo está dizendo que a agência é só para atender à questão da água e do esgoto. Assim os Municípios terão de criar outra agência para atender à Lei nº 11.445, que também garante que a agência é responsável pelo serviço de limpeza urbana, pelo manejo de resíduos sólidos, pela drenagem e pelo manejo de águas pluviais e urbanas. Portanto não resolverá, de maneira alguma, o problema de ordem técnica e financeira dos Municípios; pelo contrário, gerará mais despesas.

Fica a nossa preocupação. Se algum Município decidir que quer fazer parte dessa agência, tudo bem. Que ele faça parte dessa agência, que seja mais uma opção. Então apenas mais uma opção, e não que esse Município seja obrigado. Se quiser criar uma agência própria, poderá criá-la? Sim. A lei garante esse direito? A Lei nº 11.445 garante isso. Se o Município quiser se unir com outros da região e fazer um consórcio que fique responsável por regular todo o saneamento básico da região, ele poderá fazê-lo? Sim, não há nenhum problema nisso. O que não dá é a Copasa querer se impor, colocar-nos uma mordada. Ato como esse - como abordei aqui - lembram o período da ditadura militar, o AI-5. Realmente não podemos admitir isso de forma alguma.

Pela legislação, os Municípios têm o direito assegurado de participação na diretoria colegiada, no conselho consultivo, além do controle social, conforme determina a Lei nº 11.445, que é a lei maior, a lei nacional. Por que o governo do Estado tem tanta dificuldade em cumprir a lei? Não aceita de forma alguma, cria mais de mil artifícios para tentar burlar a lei e apresenta nesta Casa um pedido de urgência na tramitação da proposição. Podemos votar o projeto com urgência? Podemos. Há algum problema? Não. Do jeito que está, há algum problema? Sim, porque é ilegal, é inconstitucional, prejudica os Municípios e a população, portanto não resolve o problema; não adianta colocar a sujeira debaixo do tapete. Como se resolve o problema da sujeira? Fazendo o tratamento de esgoto, mas a Copasa não o faz na maioria dos Municípios mineiros. Ela cobra por ele? Sim, e cobra muito caro, um valor absurdo pelo tratamento de esgoto em nosso Estado, chegando, às vezes, ao dobro do valor cobrado pela água, sendo que a tarifa de água já é uma das mais caras do País.

Então é isso que temos de resolver. Onde a Copasa cobrar pelo tratamento do esgoto - e ela cobra praticamente em todos os Municípios -, ela tem de tratá-lo. Ela não pode colocar a sujeira debaixo do tapete, literalmente jogando o esgoto sanitário que sai dos banheiros das residências nos rios, lagos e córregos, contaminando os mananciais e a água potável. Já demos vários exemplos do que acontece em diversas cidades do nosso Estado e também já entramos com dezenas de ações no Ministério Público. Lembro-me de que a Lagoa da Pampulha era a caixa-d'água de Belo Horizonte e da região metropolitana, mas hoje a água está imprópria para o consumo. E por que está imprópria? Porque o esgoto vai direto para a lagoa, sem o tratamento total que deveria ter. Portanto, essa é uma grande preocupação. Temos de nos preocupar com o futuro, inclusive com o futuro da civilização, ou teremos problemas absurdos de água. Num país como o Brasil, num Estado como Minas Gerais, que tem um dos maiores potenciais hídricos, um grande volume de água própria para o consumo, se continuar do jeito que está acontecendo, não teremos água para beber. Faltará água? Não, o problema não será a falta de água, mas ela estará contaminada, imprópria para o consumo. Teremos o absurdo de, num futuro bem próximo, a população não ter água para beber e fazer a comida, porque a água está sendo contaminada.

Realmente temos de colocar a mão na consciência. Fica aqui o nosso posicionamento. Solicitamos o pedido de retirada da urgência na tramitação da proposição e que o projeto a ser votado nesta Casa seja realmente sério, pois, da maneira como está, parece que se trata de um projeto só para falar que queria uma agência, garantir alguns empregos para o Governador, que vai indicar nomes e aumentar o valor da água da Copasa. O objetivo é aumentar o valor da água, mas isso não vamos aceitar, mesmo sabendo que se trata de uma empresa poderosa. Fiz questão de ir lá para discutir, inclusive, com os trabalhadores, que estão passando por diversas dificuldades e poderiam ser mais bem valorizados. A Copasa poderia distribuir melhor os seus lucros, principalmente com quem trabalha. Os terceirizados estão passando por mais dificuldades ainda, pois eles já tinham poucos direitos, e agora passaram a terceirização para outra empresa, que está cortando tudo. Por isso temos de ter coragem para fazer esse debate. E não é porque é uma empresa poderosa: os jornais divulgaram hoje que o seu lucro aumentou 52% nos últimos meses.

E a Copasa quer mais e mais aumento. Para que tanta ganância? Não há necessidade disso. Estamos percorrendo todo o Estado de Minas Gerais com caravanas e vemos o sofrimento das pessoas, do cidadão. O sofrimento das mães é muito grande. Há mães que recebem salário mínimo e têm de pagar mais de R\$200,00 de conta de água e esgoto. Isso é um absurdo e prejudica muito o orçamento doméstico. Há mães quem têm filhos na escola, com muitas dificuldades, e não há como sobreviver desse jeito. É um valor muito alto. Onde a Copasa entrou, o valor pago pela água aumentou, e aumentou muito. Com a taxa de esgoto, pode chegar a dobrar o valor da conta de água. É uma grande

injustiça que não tem justificativa. Cobrar pelo tratamento de esgoto e não realizar o serviço é inadmissível.

O que queremos não é que a Copasa garanta a água e o tratamento de esgoto; não. Queremos preço justo. E se a Copasa recebe pelo tratamento de esgoto, que preste o serviço. Não é assim? Se você vai ao supermercado e paga por um litro de leite, você leva o litro de leite para sua casa; se você paga por 10 pães, você leva só 5? Não, você leva os 10 pães. Se você compra dois sacos de arroz de 5k, você leva só um saco de 5k? Não, você tem de levar os dois. É assim que acontece, diferentemente do cidadão que paga pelo tratamento de esgoto, pela água, mas não há tratamento de esgoto. Essa é a realidade do nosso Estado; 651 Municípios são atendidos pela Copasa, e grande parte deles vive esse flagelo.

A população está totalmente revoltada, e com razão. Por isso a nossa campanha vai continuar. Em nosso mandato, repetirei quantas vezes for preciso, ocuparei esta tribuna quantas vezes for preciso, ajuizaremos tantas ações quantas forem necessárias, mobilizaremos, faremos panfletos, estaremos nas ruas, continuaremos com a nossa luta, pois é dessa maneira que se resolvem as coisas em nosso país. Contamos com o apoio dos Vereadores, das associações, das entidades. Temos de engrossar o movimento. Temos de ter força. Já provei aqui, por várias vezes, que em tudo por que lutamos até hoje, em que houve participação e mobilização, tivemos vitórias, e muitas. Muitos duvidaram que fosse possível acabar com a taxa de incêndio para as residências, mas conseguimos. Conseguimos também impedir a cobrança da taxa para chamar a polícia. Se chamássemos um policial, teríamos de pagar R\$12,00 se ele fosse a pé, R\$15,00 se fosse de moto, e mais de R\$20,00 se fosse de carro. Se fôssemos fazer um boletim de ocorrência, teríamos de pagar; conseguimos acabar também com isso. Em 56 anos da Cemig, pela primeira vez na história, conseguimos reduzir a conta de luz em 17%; conseguimos impedir que a Cemig colocasse no SPC o nome de quem estivesse devendo. Então, há possibilidade de vitória. Conseguimos também impedir o aumento da água da Copasa. As pessoas têm de acreditar que isso é possível.

Do jeito que o projeto está, não poderá ser aprovado, porque é inconstitucional e não atende as necessidades do Município nem da população. Não aceitaremos de maneira alguma. Levaremos essa discussão para a Bancada do PT, conversaremos com o PCdoB e vamos ter um posicionamento muito firme nesta Casa, mas muito firme mesmo, porque o povo de Minas tem de ser respeitado, assim como o meio ambiente. As autoridades têm de acordar. É preciso criar a agência com todos os aspectos legais, atendendo todos os requisitos, e não fazendo maquiagem, camuflando, tentando disfarçar a realidade, impondo o autoritarismo para que o governo do Estado assuma todas as decisões. Não concordamos com isso, pois os Municípios possuem independência e tem de haver autonomia.

Assim, gostaríamos de agradecer e contar com o apoio e a participação dos Deputados desta Casa, dos Vereadores e da população nessa campanha. O nosso compromisso aqui é com o povo, com as pessoas que mais necessitam. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/5/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Delvito Alves

exonerando Sarah Carolina da Silva Ferreira do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

nomeando Wendel Cristiano Soares de Mesquita para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

exonerando Lauriano Aguiar Cordeiro do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do BPS.

ERRATA

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 21/5/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 23/5/2009, na pág. 81, col. 1, na Leitura de Comunicações, onde se lê:

"3.185/2009, da Deputada Ana Maria Resende, e 3.225/2009, do Deputado Antônio Júlio", leia-se:

"3.185/2009, da Deputada Ana Maria Resende, com a Emenda nº 1, e 3.225/2009, do Deputado Antônio Júlio, com a Emenda nº 1,".

Onde se lê:

"3.144 e 3.146/2009, do Deputado João Leite, 3.155/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho, 3.159/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 3.164/2009, do Deputado Antônio Júlio, 3.165/2009, do Deputado Padre João, 3.171/2009, do Deputado Antônio Júlio, 3.184/2009, da Deputada Rosângela Reis, 3.189/2009, do Deputado Domingos Sávio," leia-se:

"3.144 e 3.146/2009, do Deputado João Leite, o primeiro com a Emenda nº 1, 3.155/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho, 3.159/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 3.164/2009, do Deputado Antônio Júlio, 3.165/2009, do Deputado Padre João, com a Emenda nº 1, 3.171/2009, do Deputado Antônio Júlio, 3.184/2009, da Deputada Rosângela Reis, 3.189/2009, do Deputado Domingos Sávio, com a Emenda nº 1,".